Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.637 | Preço banca: R$ 3,50

Mercado financeiro prevê alta do PIB acima de 2% em 2024

O mercado financeiro elevou pela décima vez consecutiva a projeção do crescimento da economia brasileira para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado na terça-feira (23) pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano em 2,02%. Há uma semana, a projeção era que o índice ficasse em 1,95%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê um crescimento de 2%, o mesmo das últimas 19 semanas. Índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim indica, por outro lado, um aumento na inflação que, segundo os analistas, deve fechar o ano em 3,73%. Há uma semana, a previsão era que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse em 3,71%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a projeção é de que a inflação fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027. Página 3

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR

Página 3

Governo de SP e Mercado Livre anunciam investimento recorde de R$ 8 bi

Página 2

Indígenas criticam suspensão de ações contra o Marco Temporal

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 8

Camex estabelece cota de importação para 11 produtos de aço

Nos próximos 30 dias, 11 produtos de aço importados passarão a ser submetidos a cotas de importações. Caso o volume máximo seja superado, eles pagarão 25% de Imposto de Importação para entrarem no país. A decisão foi tomada na terça-feira (23) pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a medida deverá entrar em vigor em cerca de 30 dias. Isso porque os países parceiros do Mercosul terão de analisar a resolução da Camex antes da publicação no Diário Oficial da União. Também será necessário esperar a Receita Federal publicar portaria regulamentando as cotas. Página 3

PF tem aval para aprofundar investigação sobre vacina de Bolsonaro

Página 7

Segunda parcela do Pé-de-Meia será paga a 2,5 milhões de estudantes

Os estudantes inscritos no Programa Pé-de-Meia de incentivo à permanência e conclusão do ensino médio, começam a receber a segunda parcela de R$ 200 reais na quinta-feira (25). Os depósitos acontecerão até o dia 3 de maio, conforme a data de nascimento dos beneficiários.

A primeira parcela, paga no final de março e início de abril, foi referente ao incentivo pela matrícula. Desta vez, os valores serão creditados nas contas dos estudantes que mantiveram a frequência média de 80% nos três meses letivos, conforme controle feito pelas redes de ensino.

De acordo com o Ministério da Educação, 2,5 milhões de estudantes do ensino médio terão o direito de receber o incentivo, já que não haverá interrupção do programa nos casos em que o envio da frequência não foi adequado. Uma portaria publicada na última segunda-feira (22) ajustou os prazos para melhorar o envio das informações pelas redes de ensino, por meio do Sistema Gestão Presente (SGP).

Ampliação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também anunciou a ampliação do programa com a inclusão dos estudantes que integram famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Com o novo recorte, passarão a receber o incentivo mais 1,2 milhão de estudantes do ensino médio. Somados aos participantes do programa Bolsa Família já contemplados, o programa alcançará 3,7 milhões de jovens.

Caso cumpram as exigências de permanência e frequência no ensino médio, esses estudantes receberão pagamentos anuais de R$ 3 mil e que podem somar em três anos R$ 9,2 mil em incentivos, já que a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) garante um último aporte de R$ 200. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com aumento de nuvens à tarde. Muitas nuvens à noite, mas não chove.

31º C
19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

Esporte

WEC

TOYOTA GAZOO Racing vence em Ímola com Conway, Kobayashi e De Vries

Atual pentacampeã do WEC, a TOYOTA GAZOO Racing venceu no domingo as 6 Horas de Ímola, segunda etapa da temporada 2024.

Em uma prova marcada pelo drama provocado pela chuva e a incerteza de que tipo de pneu usar, o trio formado por Mike Conway, Kamui Kobayashi e Nyck de Vries levou a melhor no circuito Enzo e Dino Ferrari, na Itália, com uma margem de apenas sete segundos em relação aos segundos colocados, após largarem do sexto lugar.

A prova contou com dois momentos decisivos: o primeiro, há duas horas para o final, quando a chuva atingiu o circuito. Assim como outras equipes, a TOYOTA GAZOO Racing optou por trocar os pneus, enquanto um time seguiu na pista, perdendo tempo. Nas voltas finais, já na liderança, o Toyota número 7 resistiu a pressão de um adversário para levar a primeira vitória na temporada 2024 do WEC.

"Foi uma corrida difícil e vencer aqui é fenomenal. Mike e Nyck fizeram um trabalho fantástico para colocar o carro na disputa antes de eu assumir a pilotagem. Eu era líder com pneus slick na chuva. Decidimos trocar os pneus e aumentar a diferença, depois mantivemos um bom ritmo. Não tínhamos certeza sobre o combustível, então economizamos e dei tudo de mim. A equipe fez um grande esforço em termos de estratégia e isso nos deu a chance de lutar pela vitória", disse Kamui Kobayashi, piloto e chefe da equipe TOYOTA GAZOO Racing no WEC.

Foto/Divulgação

TOYOTA *GAZOO Racing*

"Foi muito tenso até o final. Kamui fez um ótimo trabalho no final para se manter na frente enquanto economizava energia. Nyck também fez um ótimo stint. Na largada, não tive problemas e tentei seguir em frente. A equipe fez um ótimo trabalho nos boxes e a estratégia não poderia ter sido melhor", comentou Conway.

"É ótimo voltar ao degrau mais alto do pódio. É bom compartilhar isso com meus companheiros de equipe. Estou muito feliz e orgulhoso por dividir o carro com Kamui e Mike, por isso quero agradecer a eles e a toda a equipe pelo excelente trabalho", disse De Vries.

Além da vitória com o trio que conduz o Toyota GR010 Hybrid número 7, o outro trio da equipe, formado pelos atuais campeões mundiais Sébastien Buemi, Ryo Hirakawa e Brendon Hartley completou a prova na quinta posição.

Após a disputa das 6 Horas de Ímola, Conway, Kobayashi e De Vries avançaram a vice-liderança do campeonato com 40 pontos, 16 distantes dos líderes. Hartley, Hirakawa e Buemi são os sétimos colocados, somando 16 pontos.

O WEC retoma a temporada 2024 no dia 11 de maio, com a disputa das 6 Horas de Spa-Francorchamps.

Paulínia/SP receberá Grupo 3 do Brasileiro de Kart em dezembro

A Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), por meio da Comissão Nacional de Kart (CNK), divulgou no dia 15 de abril o kartódromo San Marino, em Paulínia/SP, como sede do Grupo 3 do 59º Campeonato Brasileiro de Kart, do 8º Campeonato de Brasileiro de Kart Rotax e do 7º Campeonato Brasileiro de Kart Endurance. As disputas na pista de 1.086 metros acontecerão em dezembro, com as Finais no dia 7.

O Grupo 3 do Brasileiro incluirá as categorias Shifter Graduados, Shifter Sênior e Shifter Super Sênior. Já o Brasileiro Rotax terá as disputas das categorias Rotax Micro Max, Mini Max, Junior Max, Max Novatos, Max, Max Master, DD2 e DD2 Master. No Endurance, categoria disputada com motores de 4 tempos, serão premiados os campeões no geral e na categoria Sênior.

"A Shifter é uma categoria muito importante do nosso kartismo e, como já havíamos feito em 2022, decidimos atender ao pedido da maioria dos pilotos e realizarmos sua disputa num terceiro grupo, com data e local diferentes", comentou Rubens Carcasci, presidente da CNK.

"Ao lado dos Brasileiros de Rotax e Endurance, acredito que teremos grandes disputas, muita emoção e colocaremos uma nova pista no cenário do kartismo nacional. O kartódromo de Paulínia tem uma ótima infraestrutura, está sempre atento às melhorias necessárias para segurança e disputas e tem fácil acesso. Tenho certeza que farão uma grande festa para receber os eventos nacionais pela primeira vez", finalizou Carcasci.

Inaugurado em 2011, o kartódromo San Marino conta com 60 boxes, ampla infraestrutura e está instalado numa área de 48.400 m2. O nome da pista é uma homenagem ao último Grande Prêmio disputado pelo tricampeão mundial de F1, Ayrton Senna.

Além das disputas em Paulínia, os eventos nacionais de kart deste ano acontecerão no Circuito Internacional Paladino, no Conde/PB (25ª Copa Brasil de Kart em julho), no kartódromo Speed Park, em Birigui/SP (Grupo 1 59º Campeonato Brasileiro de Kart em outubro) e no Kartódromo Luigi Borghesi, em Londrina/PR (Grupo 2 59º Campeonato Brasileiro de Kart em novembro). Outra novidade este ano será a disputa a Regional Cup de Kart para as categorias OK, OK Júnior e Mini 2T, com classificatórias em eventos regionais e as Finais em julho no Paladino. Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Governo e Mercado Livre anunciam investimento recorde de R$ 8 bi

O estado de São Paulo será o destino de um investimento anual recorde de R$ 8 bilhões do Mercado Livre em 2024. O anúncio do aporte aconteceu na terça-feira (23), no Palácio dos Bandeirantes, após reunião entre o governador Tarcísio de Freitas e autoridades da gestão paulista com Fernando Yunes, vice-presidente sênior e líder do Mercado Livre no Brasil, e executivos da gigante latino-americana de comércio eletrônico e serviços financeiros.

"A diversificação da economia de São Paulo ganha um impulso ainda maior neste ano com a confirmação do investimento recorde do Mercado Livre em nosso estado. Estes R$ 8 bilhões representam a confiança de uma das maiores plataformas globais de tecnologia na transformação digital e nas medidas de desburocratização que o Governo de São Paulo vem implementando desde o início de 2023 para facilitar a vida de quem empreende e gera oportunidades", afirmou Tarcísio.

Com o anúncio desta terça, São Paulo vai concentrar 35% do total de R$ 23 bilhões que o Mercado Livre vai investir no Brasil ao longo deste ano. Além disso, o estado vai concentrar 64% de todo o plano de contratações da plataforma no país em 2024, o que vai gerar mais de 4,2 mil novos postos de trabalho na economia paulista.

O valor inclui alocação em bens de capital e uma parcela de despesas operacionais estratégicas. O objetivo é acelerar ainda mais o desenvolvimento dos negócios da companhia nos próximos anos, com foco em serviços financeiros, tecnologia e logística.

Além da sede do Mercado Livre no Brasil, em Osasco, São Paulo também concentra quatro dos 10 centros de distribuição fulfillment – galpões que armazenam as mercadorias de um e-commerce – da empresa em operação no país, além de dezenas de operações logísticas complementares e integradas à rede nacional gerenciada pela plataforma.

Procon-SP Digital: acesso ao sistema será feito pela conta gov.br

O Procon-SP informa sua adesão ao sistema unificado do governo federal. A partir do dia 2 de maio, para acessar a plataforma de atendimento Procon-SP Digital, a validação será feita exclusivamente através da conta cadastrada no portal gov.br, nível prata ou ouro.

A mudança faz parte da iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que anunciou a adesão ao sistema federal no intuito de facilitar e dar mais segurança no acesso da população paulista a serviços públicos digitais.

Para registrar reclamação ou fazer denúncias (no caso dos consumidores) e para consultas e respostas às notificações (no caso dos fornecedores), os mesmos login e senha de usuário do gov.br irão garantir o acesso ao sistema do Procon-SP.

Consumidores e fornecedores que ainda não tenham cadastro no gov.br devem acessar o site www.gov.br para criar sua conta nível prata ou ouro.

CESAR NETO
www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Se a lógica dos crescimentos - via janela partidária - dos partidos políticos valerem pras eleições paulistanas 2024, o PL do Costa Neto, o MDB do Temer, o PT do Lula, o União do Milton Leite e o PSOL do Boulos-Marta podem ser os mais votados

PREFEITURA (São Paulo)
Prefeito Ricardo Nunes (MDB) já comemora a prevista vitória em 2º turno da sua bancada governista [pelo menos 36 votos] em relação a 'desestatização', conhecida por privatização da Sabesp (serviços de águas e esgotos do Estado SP)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas eleitos com históricos na Polícia Civil comemoram o deputado federal Derrite (Secretário da Segurança Pública SP) ter recuado de adotar uso de termos circunstanciados via Polícia Militar no lugar do B.O nas delegacias

GOVERNO (São Paulo)
Com o recuo do Secretário (Segurança Pública) Derrite, o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) espera contornar a crise entre as polícias civil e militar [caso de termos circunstanciados via Polícia Militar no lugar] do B.O nas delegacias

CONGRESSO (Brasil)
Deputada (SP) Carla Zambelli (PL) foi denunciada pela PGR sobre participação com o hacker Delgatti na invasão do site do CNJ. Pelo que parece, ela não deverá ter a defesa de Bolsonaristas que até estavam juntos no governo (2019 - 2022)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Em coletiva de imprensa, cada vez maior, Lula (dono do PT) tentou justificar que tá 'tudo normal' nas relações com o Congresso, com os Estados etc. Sem papas na língua, parece não crer nas pesquisas que mostram quedas da sua popularidade

PARTIDOS
Entre os maiores, o PSD do Kassab foi o que mais cresceu - via 'janela de troca partidária' - no Brasil. Agora são 1040 prefeituras, seguido pelo MDB do Temer, com 916; o PP (ex-Arena) com 706; o União (PSL + DEM) com 605; o PL do Costa Neto ...

(Brasil)
... com 371; o PSB dos Arraes e o Republicanos (ex-PRB da IURD) com 324 e o PT do Lula com 265. Já o PSDB agora do Aécio caiu de 523 pra 310. O PTD ex-Brizolista caiu de 315 pra 180 e o Podemos (ex-PTN em fusão com PSC) caiu de 219 pra 93

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como uma referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Poupatempo da Alesp começa a emitir Carteira da Pessoa Autista em sala sensorial

O Poupatempo da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) começou neste mês de Conscientização sobre o Autismo a emitir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA), do Governo de São Paulo, em uma sala sensorial. O documento, criado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) e desenvolvido pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) com apoio da Prodesp, já alcança mais de 48 mil emissões em todo o estado desde abril de 2023, quando foi lançado.

Localizado na Avenida Sargento Mário Kozel Filho, nº 165, na capital paulista, o Poupatempo da Alesp, que funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e aos sábados, das 9h às 13h, agora integra a lista dos 27 postos do Poupatempo no Estado que emitem a carteira e contam com salas sensoriais, oferecendo a impressão imediata da CipTEA e a entrega do cordão de girassol ao cidadão autista.

As salas sensoriais são espaços silenciosos de acolhimento, com equipes especializadas para atendimento a pessoas autistas e neurodivergentes. Os espaços oferecem abafadores de sons externos para reduzir estímulos sensoriais e tornar os ambientes confortáveis, evitando crises e estresse do público atendido. O serviço também dispõe de quadros brancos, pincéis marcadores, jogos e brinquedos educativos, mural cognitivo e bola de pilates.

"A emissão da CipTEA e a implementação da sala sensorial no Poupatempo da Alesp são frutos de uma parceria do Estado com o Legislativo que resultou em mais um marco significativo em nossa contínua missão de tornar São Paulo verdadeiramente inclusivo. Esses espaços são fundamentais para assegurar que a emissão da carteira ocorra em um ambiente que respeita e se adapta às necessidades sensoriais das pessoas autistas, proporcionando uma experiência de atendimento digna e confortável. Com este avanço, reafirmamos nosso compromisso com a acessibilidade e a inclusão, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos com qualidade e com respeito", destaca o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

Para ser atendido presencialmente no Poupatempo, é obrigatório agendamento prévio de data e hora, sem nenhum custo pelo portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR, totens de autoatendimento ou ainda pelo WhatsApp, no número (11) 95220-2974.

CipTEA
A CipTEA atende a normas da lei federal 13.977/20 e da Lei Estadual 17.651/23, promulgada pelo Governo de São Paulo em março de 2023. A ação faz parte do Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, instituído pelo decreto estadual nº 67.634.

O documento facilita a identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos serviços públicos e privados em todo o território paulista, e auxilia na garantia dos direitos previstos em lei, como filas e atendimentos preferenciais.

Para emitir o documento, o cidadão pode acessar o portal ciptea.sp.gov.br, criado pela Prodesp – a empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo e ligada à SGGD –, ou comparecer em um dos 27 postos do Poupatempo localizados na capital, interior e litoral do estado (confira aqui a relação dos postos). O serviço também está disponível no aplicativo Poupatempo.SP.GOV.BR.

Desenvolve SP oferece crédito com taxas e condições especiais para o agronegócio

Desde que foi criada, a Desenvolve SP – agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – liberou financiamentos para projetos ligados ao setor agropecuário paulista para 30 empresas em 26 cidades de 12 Regiões Administrativas: Campinas, Registro, Sorocaba, São Paulo, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Barretos, Itapeva, Araçatuba, Ribeirão Preto, Central e Vale do Paraíba/Litoral Norte).

A Desenvolve SP tem condições especiais para empresas paulistas que atuam no agronegócio. São financiamentos a partir de 0,00 (zero)% ao mês acrescido da Selic, com até 5 anos de prazo para pagamento e carência de até 12 meses.

A linha Agroindústria Investimentos é voltada ao aumento da capacidade produtiva e otimização de processos industriais. Com essa linha de crédito é possível financiar aquisição de máquinas e equipamentos e veículos utilitários para transporte de carga.

Sustentabilidade
Localizada em Jacupiranga, a Forte Floresta – empresa especialista em reflorestamento – buscou apoio da Desenvolve SP. O financiamento permitiu investimentos nos viveiros, nos germinadores e no maquinário em geral, como tratores e carros.

"A Desenvolve SP veio para que nós pudéssemos potencializar nossa cadeia produtiva.", afirmou Felipe Passos, sócio administrador da reflorestadora.

Agrishow 2024
Mais uma vez, a Desenvolve SP estará presente na Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), a maior feira do setor da América Latina. A 29ª da Agrishow vai acontecer entre os dias 29 de abril e 4 de maio, em Ribeirão Preto. Uma equipe da agência estará no espaço Agrishow Labs, onde serão divulgadas linhas de crédito para projetos de inovação.

Na edição de 2023, o governador Tarcísio de Freitas anunciou R$ 200 milhões em créditos da Desenvolve SP para a agroindústria.

Com recorde de público e negócios, a Agrishow 2023 reuniu mais de 195 mil visitantes e movimentou R$ 13,3 bilhões em negócios firmados pelas 800 marcas participantes.

SP abre concurso de remoção para professores da rede estadual

Os professores da rede estadual de ensino que queiram mudar de endereço de atuação podem participar do concurso de remoção que ocorrerá em maio. O processo será aberto aos docentes das 91 diretorias regionais de ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

Podem participar os titulares de cargo contratados por meio de concurso público. Atualmente, mais de 85 mil professores estão aptos ao pedido de mudança. Os interessados deverão se inscrever de forma on-line e o cronograma está previsto para o período de 15 a 24 de maio.

A expectativa é que os docentes removidos participem da atribuição de classes e aulas válidas para o ano letivo de 2025 já nos novos endereços. O secretário da Educação, Renato Feder, destaca que o concurso de remoção é uma resposta ao pedido da rede. "Ano passado, eu conversei muito com as professoras e os professores e a gente não tem remoção há bastante tempo, desde 2020. A gente quer que ela ocorra até com mais frequência", adianta o secretário da educação, Renato Feder.

Serão aceitas solicitações de professores que se mudaram de município por união estável ou civil ou que estejam enquadrados na conquista de títulos, como aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado. As regras devem ser descritas no edital com publicação prevista para o dia 14 de maio e os resultados serão divulgados até 30 de julho.

O passo a passo para a inscrição estará disponível no portal da Seduc-SP em www.educacao.sp.gov.br

Prefeitura leva negócios acelerados para um dos maiores eventos de tecnologia do mundo

Entre os dias 15 e 18 de abril, a Prefeitura de São Paulo esteve presente no Web Summit, um dos maiores eventos de tecnologia do mundo. Durante a edição, realizada no Rio de Janeiro, sete negócios acelerados pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa) tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos e conhecer investidores de diversas áreas. No estande da Prefeitura estavam representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Ade Sampa e SP Negócios.

Dos participantes, três deles passaram pelo Vai Tec, que apoia o desenvolvimento de negócios inovadores e de base tecnológica nas periferias de São Paulo, outros três pelo Green Sampa, que oferta aceleração e residência para empresas de tecnologia verde, e mais um pelo Sampa Games, voltado para o setor de jogos eletrônicos. Os programas são iniciativas da Prefeitura, por meio da Ade Sampa, entidade ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

"O Web Summit foi uma oportunidade extraordinária para os negócios acelerados pela Ade Sampa apresentarem suas inovações e conectarem-se com investidores globais. Este evento destacou o compromisso da Prefeitura de São Paulo em impulsionar o empreendedorismo e posicionar a cidade como um hub tecnológico de destaque. Estamos entusiasmados com o potencial de crescimento e colaboração que surgirá dessas conexões globais", declara o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Armando Júnior.

Ao lado da Ade Sampa, a participação da cidade de São Paulo no Web Summit Rio também foi promovida pela SP Negócios, Agência de Promoção de Investimentos e Exportações do município, responsável por prospectar e atender empresas de todos os portes interessadas em empreender na capital paulista.

A Missão Web Summit tem o objetivo de conectar pequenas empresas e startups a empresários de todo o mundo. Com a participação na feira, os selecionados pelos programas tiveram a oportunidade de participar de interações focadas na ampliação do networking e desenvolvimento de negócios, acesso ao mercado nacional e internacional, além de ampliar suas redes de contato e formação de novos negócios.

"Nós entendemos que o suporte oferecido aos negócios que passam pela Ade Sampa não termina com o fim da aceleração. Por isso, mantemos o compromisso de possibilitar que esses empreendedores tenham acesso ao mercado global e ampliem suas redes de contato. Essa interação com grandes nomes do setor não só propicia a formação de novos negócios e parcerias estratégicas, mas também impulsiona o crescimento das empresas, as tornam mais competitivas e preparadas para enfrentar os desafios do mercado atual", diz o presidente da Ade Sampa, Renan Vieira.

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR
Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP
Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC
Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Mercado financeiro prevê alta do PIB acima de 2% em 2024

O mercado financeiro elevou pela décima vez consecutiva a projeção do crescimento da economia brasileira para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado na terça-feira (23) pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano em 2,02%. Há uma semana, a projeção era que o índice ficasse em 1,95%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê um crescimento de 2%, o mesmo das últimas 19 semanas. Índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim indica, por outro lado, um aumento na inflação que, segundo os analistas, deve fechar o ano em 3,73%. Há uma semana, a previsão era que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse em 3,71%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a projeção é de que a inflação fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

Em relação aos juros básicos da economia, o mercado projetou uma diminuição no ritmo de queda da taxa Selic. Os analistas acreditam que a referência para os juros no país deve ficar em 9,5% neste ano. Há uma semana a previsão era de 9,13% e há quatro semanas a previsão era de que a Selic fechasse o ano em 9%.

Nas duas últimas reuniões, o corte na Selic foi 0,5 ponto percentual. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC já indicou que poderá não repetir o mesmo ritmo de corte.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2025, em 9%. A estimativa para 2026 é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2027.

Câmbio

O boletim prevê aumento no valor do câmbio em dólar. Segundo o Focus, em 2024, a moeda fecha o ano em R$ 5,00. Há quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R$ 4,95.

Para 2025, a projeção também é de aumento do dólar, que deverá ficar em R$ 5,05. Para 2026, a previsão é que o câmbio feche em R$ 5,10. (Agência Brasil)

Receita Federal abre consulta a novo lote residual do IR

A Receita Federal abriu na terça-feira (23) a consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), referente ao mês de abril de 2024. O crédito bancário no valor de mais de R$ 457 milhões será disponibilizado no dia 30 de abril para cerca de 353,3 mil contribuintes.

A maior parte dos contemplados nesse lote é de contribuintes acima de 80 anos, seguidos de outros grupos prioritários como de pessoas com deficiência ou doença grave, professores e ainda daqueles que utilizaram a declaração pré-preenchida ou autorizaram a restituição via PIX. Os valores serão depositados na conta bancária informada na Declaração do Imposto de Renda.

A consulta ao lote residual pode ser feita pelo *site* da Receita Federal na internet, onde é possível fazer a consulta simplificada. Caso o contribuinte tenha dúvida sobre pendência, também é possível fazer a consulta completa, pelo e-CAC e saber se é necessário enviar nova retificação.

Os contribuintes que tiverem algum problema com a conta informada podem procurar o Banco do Brasil, onde o crédito ficará disponível por um ano. Após esse prazo, será necessário fazer uma nova solicitação de pagamento no Portal e -CAC, pelo menu “Declarações e Demonstrativos”, escolhendo a opção “Meu Imposto de Renda”. (Agência Brasil)

Arrecadação federal bate recorde em março

A arrecadação total de receitas federais fechou março em R$ 190,61 bilhoÞes, informou na terça-feira (23) o Ministério da Fazenda. Este é o melhor desempenho para o mês desde 2000, registrando acréscimo real de 7,22% em relação a março de 2023. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R$ 657,76 bilhões, representando um acréscimo medido pela inflação de 8,36%.

Em relação às Receitas Administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado, em março, foi R$ 182,87 bilhões, representando um acréscimo real de 6,06%. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R$ 624,77 bilhões, registrando acréscimo real de 8,11%.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crescimento observado no periodo pode ser explicado, entre outros fatores, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustiveis e pela tributação dos fundos exclusivos, prevista na Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023.

O ministério informou que em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve, em março, uma arrecadação conjunta de R$ 40,92 bilhões, representando crescimento real de 20,63%.

Segundo a pasta, esse desempenho é explicado pelo acréscimo na arrecadação no setor de combustíveis com a retomada da tributação incidente sobre o diesel e gasolina e pela combinação dos aumentos reais de 9,7% no volume de vendas e de 2,5% no volume de serviços entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre de janeiro a março, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R$ 124,53 bilhões, representando crescimento real de 18,54%. No mesmo período, a Receita Previdenciaìria totalizou uma arrecadação de R$ 157,93 bilhões, com crescimento real de 6,92%. Este resultado se deve ao crescimento real de 5,60% da massa salarial. Aleìm disso, houve crescimento de 13% no montante das compensações tributaìrias com deìbitos de receita previdenciaìria, no periodo de janeiro a março em relação ao mesmo perìodo de 2023.

Em março, a Receita Previdenciaìria totalizou uma arrecadação de pouco mais de R$ 53 bilhões, com crescimento real de 8,40%. Este resultado se deve ao crescimento real de 7,9% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 11% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a março de 2023.

O Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital apresentou, no primeiro trimestre, uma arrecadação de R$ 35,87 bilhões, resultando em um crescimento real de 40,44%. O desempenho pode ser explicado pela arrecadação de R$ 11,3 bilhões decorrentes da tributação dos fundos de investimento.

Em março, o IRRF-Rendimentos de Capital apresentou uma arrecadação de R$ 10,5 bilhões, resultando em um crescimento real de 48,87%. Segundo o Ministério, o resultado pode ser explicado, principalmente, pela arrecadação de R$ 3,4 bilhões decorrentes da tributação dos fundos de investimento.

Já o IRRF - Rendimentos do Trabalho apresentou uma arrecadação de 18 bilhões, representando crescimento real de 3,77%.

“Esse desempenho decorre dos acréscimos reais na arrecadação dos itens Participação nos Lucros ou Resultados - PLR (22,90%), Rendimentos do Trabalho Assalariado (2,05%) e Rendimentos Acumulados - Art. 12-A Lei no 7.713/1988’ (146,25%), conjugados com o decréscimo real na arrecadação de aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público (-11,52%), disse o ministério. (Agência Brasil)

Camex estabelece cota de importação para 11 produtos de aço

Nos próximos 30 dias, 11 produtos de aço importados passarão a ser submetidos a cotas de importações. Caso o volume máximo seja superado, eles pagarão 25% de Imposto de Importação para entrarem no país. A decisão foi tomada na terça-feira (23) pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a medida deverá entrar em vigor em cerca de 30 dias. Isso porque os países parceiros do Mercosul terão de analisar a resolução da Camex antes da publicação no Diário Oficial da União. Também será necessário esperar a Receita Federal publicar portaria regulamentando as cotas.

Válida por 12 meses a partir da publicação, a medida tem como objetivo evitar a concorrência desleal com o aço nacional. Em 2023, informou o Mdic, o volume de importações dos 11 produtos de aço superou em 30% a média das importações entre 2020 e 2022. Nos últimos meses, as siderúrgicas brasileiras têm afirmado haver uma invasão do aço chinês, que chega ao Brasil mais barato que os produtos nacionais.

Atualmente, o Imposto de Importação para os 11 produtos que passarão a ter cotas varia de 9% a 14,4%. O Mdic informou que estuda a imposição de cotas a outros quatro itens derivados do aço. Os produtos não entraram na lista agora porque o Mdic estuda se a alta das importações no ano passado se deveu a variações de preço, em vez de crescimento da quantidade.

Segundo o Mdic, os estudos técnicos mostram que as cotas não trarão impacto nos preços ao consumidor nem à cadeia produtiva. “Durante os 12 meses, o governo vai monitorar o comportamento do mercado. A expectativa do governo é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional”, informou o ministério em nota.

Os 11 produtos de aço que terão cotas de importação são os seguintes:

- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 milímetros (mm), revestidos de ligas de alumínio-zinco;
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, folheados ou chapeados, ou revestidos, galvanizados por outro processo, de espessura inferior a 4,75 mm;
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos simplesmente laminados a frio, de espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm;
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos simplesmente laminados a frio, de espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm;
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a quente, de espessura igual a superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm;
- Outros produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a quente, de espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm;
- Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a quente, de espessura inferior a 3 mm, com um limite mínimo de elasticidade de 275 Mpa;
- Outros produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, em rolos, simplesmente laminados a quente, de espessura inferior a 3 mm;
- Outros fios-máquinas de ferro ou aço não ligado, de seção circular, de diâmetro inferior a 14 mm
- Tubos dos tipos utilizados em oleodutos ou gasodutos, soldados longitudinalmente por arco imerso, de seção circular, de diâmetro exterior superior a 406,4 mm, de ferro ou aço;
- Outros tubos dos tipos utilizados em oleodutos ou gasodutos, soldados longitudinalmente, de seção circular, de diâmetro exterior superior a 406,4 mm, de ferro ou aço.

Lista dos quatro produtos que poderão ter cotas:

- Outros tubos de ligas de aços, não revestidos, sem costura, para revestimento de poços;
- Outros tubos dos tipos utilizados em oleodutos ou gasodutos;
- Outros tubos para revestimento de poços, de produção ou suprimento, dos tipos utilizados na extração de petróleo ou de gás, de ferro ou aço;
- Outros tubos soldados de outras seções. (Agência Brasil)

Mais de 40% dos contribuintes entregaram declaração do IR

Em quase 40 dias, mais de 40% dos contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até as 15h30 da terça-feira (23), a Receita Federal recebeu 17.337.749 declarações. Isso equivale a 40,3% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a Receita Federal, 75,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 13,8% terão que pagar Imposto de Renda e 10,4% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (78,5%), mas 12,1% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 9,4% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 41% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual a declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57,3% dos envios.

Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia da covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março e 31 de maio. Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Outro fator que impulsionou o recorde foi a antecipação do download do programa gerador da declaração. Inicialmente previsto para ser liberado a partir desta sexta-feira (26), o programa teve a liberação antecipada para terça-feira passada (12).

Segundo a Receita Federal, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos. Quem enviar a declaração depois do prazo pagará multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Neste ano, a declaração teve algumas mudanças, das quais a principal é o aumento do limite de rendimentos que obriga o envio do documento por causa da mudança na faixa de isenção. O limite de rendimentos tributáveis que obriga o contribuinte a declarar subiu de R$ 28.559,70 para R$ 30.639,90.

Em maio do ano passado, o governo elevou a faixa de isenção para R$ 2.640, o equivalente a dois salários mínimos na época. A mudança não corrigiu as demais faixas da tabela, apenas elevou o limite até o qual o contribuinte é isento.

Mesmo com as faixas superiores da tabela não sendo corrigidas, a mudança ocasionou uma sequência de efeitos em cascata que se refletirão sobre a obrigatoriedade da declaração e os valores de dedução. Além disso, a Lei 14.663/2023 elevou o limite de rendimentos isentos e não tributáveis e de patrimônio mínimo para declarar Imposto de Renda. (Agência Brasil)

Câmara Municipal de SP retoma debate da privatização da Sabesp

A privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) voltou a ser tema de audiência pública na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo. O principal assunto em discussão na reunião da segunda-feira (22) foi o Projeto de Lei (PL) 163/2024, que permite a adesão da cidade à privatização e autoriza a prefeitura a celebrar contratos, convênios e outros tipos de ajustes com vistas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital paulista.

Segundo o secretário executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias do município, Fernando Chucre, a privatização é benéfica porque permitirá o aumento concreto dos investimentos da Sabesp na cidade de São Paulo. “Durante essa negociação, conseguimos negociar com o governo do estado um aumento efetivo, se se considerar o período total do contrato, investimento ano a ano, de 50% nos investimentos que serão feitos no município.”

De acordo com Chucre, isso quer dizer que haverá mais condições, sob o ponto de vista do orçamento, de atendimento às famílias mais vulneráveis, especialmente na periferia, com a implantação de sistemas de infraestrutura. “Estou falando de água e esgoto de maneira geral”, enfatizou.

A vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), Helena Maria da Silva, no entanto, criticou a possível perda de autonomia da cidade de São Paulo na gestão da água.

Para Helena Maria, a privatização se resume na entrega de um patrimônio que foi construído com dinheiro do povo por mais de 50 anos. “Hoje a Sabesp é uma empresa competente, eficiente, que até exporta tecnologia para o mundo inteiro. Então, o que estão fazendo é um crime contra a população que, ao longo dos anos, pagou sua conta e que se dá conta de que o patrimônio vai ser entregue. A mais prejudicada, com certeza, vai ser a população”, afirmou.

Contrário à proposta, o vereador Celso Giannazi ressaltou que é preciso ampliar os debates, com uma audiência pública em cada subprefeitura do município. “A água é um direito humano fundamental, não dá para tratar a água como uma mercadoria. Temos um projeto tramitando aqui na Câmara Municipal para que não ocorra a segunda votação enquanto não houver um plebiscito. A população precisa ser ouvida, todos precisam ser ouvidos.”

O projeto de lei que possibilita a privatização foi aprovado em primeira votação no dia 17 deste mês. Foram 36 votos favoráveis e 18 contra. Ainda não há data prevista para a segunda votação, que será definitiva. Na esfera estadual, o projeto de lei da privatização da Sabesp foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em dezembro de 2023. No mesmo mês, foi sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas.

Atualmente, metade das ações da Sabesp está sob controle privado, sendo que parte é negociada na bolsa de valores de São Paulo (B3) e parte na Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos. O governo de São Paulo é o acionista majoritário, com 50,3% do controle da empresa. O projeto aprovado na Alesp prevê a venda da maior parte dessas ações, com o governo mantendo poder de veto em algumas decisões.

Em 2022, a empresa teve lucro de R$ 3,1 bilhões e seu valor de mercado chegou a R$ 39,1 bilhões. Atualmente, a companhia atende 375 municípios e tem 28 milhões de clientes.

A próxima audiência pública sobre a privatização da Sabesp será nesta quarta-feira (24), às 11h, no Salão Nobre da Alesp. Para acompanhar ao vivo a audiência pública, basta acessar a Seção Auditórios Online do portal da Câmara Municipal de São Paulo ou o canal de YouTube da Câmara. Também é possível se inscrever para enviar uma manifestação por escrito ou durante a videoconferência. (Agência Brasil)

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

BENTO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE S.A.

CNPJ: 40.146.983/0001-93

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Quadro I - Balanço Patrimonial em 31/12/2023 - (Em reais, exceto quando incluído de outra forma) - R$

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	332.677	92.523
Impostos a Recuperar	5	2.714	1.378
Imóveis Destinados à Venda	6	23.556.790	21.212.445
Total do Circulante		**23.892.181**	**21.306.346**
Total do Ativo		**23.892.181**	**21.306.346**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	7	-	-
Obrigações Fiscais	8	9.016	1.376
Total do Circulante		**9.016**	**1.376**
Não Circulante			
AFAC - Adto. p/ Futuro Aumento de Capital Social	9	188.154	2.438.154
Total do Não Circulante		**188.154**	**2.438.154**
Patrimônio Líquido			
Capital Social Subscrito	10	55.109.382	54.869.745
(-) Capital Social a Integralizar	10	(31.418.054)	(35.998.054)
Reserva de Capital	10	618	255
Lucros / Prejuízos Acumulados	10	3.065	(5.130)
Total do Patrimônio líquido		**23.695.011**	**18.866.816**
Total do Passivo		**23.892.181**	**21.306.346**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Quadro II - Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2023

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma) - R$

	Nota	2023	2022
Despesas Administrativas e Gerais			
(-) Despesas Administrativas e Gerais		(1.004)	(14.615)
		(1.004)	**(14.615)**
Despesas / Receitas Financeiras			
(+) Receitas Financeiras	11	11.489	7.837
(-) Despesas Financeiras	12	(162)	(117)
Resultado Financeiro Líquido		**11.323**	**7.720**
Depreciação		-	-
Provisão IRPJ/Contribuição Social	13	(2.128)	(1.654)
Lucro Líquido do Exercício		**8.195**	**(8.549)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Quadro III - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31/12/2023

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma) - R$

	Capital Social Subscrito	Capital Social a Integralizar	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**54.869.745**	**(35.998.054)**	**255**	**(5.130)**	**18.866.816**
Aumento de Capital	239.637	(239.637)	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	4.819.637	-	-	4.819.637
Reserva de Capital	-	-	363	-	363
Lucro Líquido do Período	-	-	-	8.195	8.195
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**55.109.382**	**(31.418.054)**	**618**	**3.065**	**23.695.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Quadro IV - Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2023

(Em reais, exceto quando incluído de outra forma) - R$

	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	8.195
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Proveniente das Atividades Operacionais:	
Valor Residual dos Ativos Imobilizado e Intangíveis Baixados	-
Depreciação e Amortização	-
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:	
Créditos Fiscais	(1.336)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:	
Fornecedores	-
Obrigações fiscais	7.640
	7.640
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**14.499**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
Investimentos - Construção de Empreendimento Imobiliário	(2.344.345)
Aquisições de Ativos Imobilizado e Intangível	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(2.344.345)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
Integralização de Capital Social	4.819.637
Constituição de Reservas de Capital	363
Operações de Adiantamento para Aumento de Capital Social (AFAC)	(2.250.000)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	**2.570.000**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	240.154
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	92.523
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**332.677**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

1) Contexto Operacional: A Bento Empreendimento Imobiliário SPE S.A. tem por objeto social, como propósito específico, o desenvolvimento e a construção de um empreendimento imobiliário localizado à Rua Bento de Andrade, 700/718, na Cidade São Paulo/SP, bem como a locação ou a venda das unidades autônomas do empreendimento. A Empresa, conforme seu objetivo social, poderá contratar terceiros para o desenvolvimento e construção das unidades autônomas do projeto imobiliário. **2) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** 2.1) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). 2.2) Base de mensuração - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. **3) Sumário das Principais Práticas Contábeis:** 3.1) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários de curto prazo e de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias. 3.2) Impostos a recuperar - Os valores são registrados pelos seus valores de formação, e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. 3.3) Reconhecimento da receita - Em função do empreendimento ainda estar em fase preliminar de construção não houve reconhecimento de receita operacional. 3.4) Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros.

4) Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

	2023	2022
Caixa	100	100
Banco Bradesco	332.577	92.423
	332.677	**92.523**

5) Impostos a Recuperar	2023	2022
IR Retido sobre Aplicação Financeira	2.715	1.378
	2.715	**1.378**

6) Imóveis Destinados à Venda: A Companhia está realizando a construção do empreendimento situado à Rua Bento de Andrade, 700/718 e os dispêndios necessários à construção são registrados considerando o custo histórico como base de valor, ou valor justo, quando aplicável, alocados conforme o quadro abaixo: Os terrenos foram registrados conforme o valor de incorporação ao Capital Social.

	2023	2022
Obra - Edifício Residencial Bento	5.232.989	3.009.516
Honorários Advocatícios	251.944	156.828
Informática e Sistemas	9.897	5.274
Honorários Contábeis	61.960	40.782
Gastos Administrativos - Obra	-	45
Terreno - Rua Bento de Andrade, nº 700	13.200.000	13.200.000
Terreno - Rua Bento de Andrade, nº 718	4.800.000	4.800.000
	23.556.790	**21.212.445**

7) Fornecedores	2023	2022
Fornecedores	-	-
	-	-

8) Obrigações Fiscais: A empresa optou para o exercício de 2023 pelo Regime tributário do Lucro Presumido. A tributação do IRPJ/CSLL decorre de receitas sobre aplicações financeiras, sendo oferecidas à tributação por ocasião do resgate.

	2023	2022
Provisão p/ Imposto de Renda	791	432
Provisão Contribuição Social s/ o Lucro	475	259
Imposto de Renda Fonte a Recolher-1708	2.064	167
PCC a Recolher	5.686	518
	9.016	**1.376**

9) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: As empresas controladoras da Bento Empreendimento Imobiliário SPE S.A., OPI-12 e HEI, de comum acordo, para fins de viabilizarem o fluxo financeiro da construção do empreendimento situado à Rua Bento de Andrade, decidiram aportar valores periodicamente, os quais estão sendo contabilizados no Passivo não Circulante na rubrica - AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) até deliberação em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária (AGO/AGE) acerca da destinação dos valores aportados pelas partes, se serão convertidos e integralizados ao capital social da Companhia ou restituídas.

	2023	2022
AFAC - OPI 12	96.954	2.322.954
AFAC - HEI	91.200	115.200
	188.154	**2.438.154**

10) Patrimônio Líquido: a) Capital social - O capital social subscrito da Empresa está distribuído da seguinte forma:

2021	Ações	Participação	R$ reais
OPI-12 Empreendimentos	198.125	52,00%	36.576.938
HEI Participações	182.884	48,00%	18.532.444
	381.009	**100%**	**55.109.382**

b) Capital a Integralizar	2023	2022
Capital Social a Integralizar	31.418.053,85	35.998.053,85
	31.418.053,85	**35.998.053,85**

c) Histórico do Capital Social: As empresas, OPI-12 e HEI, são titulares, respectivamente, de 52% e 48% das ações do capital social da Bento SPE S.A. Por meio da 1ª Alteração/Consolidação Contratual da Bento, datada de 10/02/2021, foi realizado um aumento de capital de R$ 18.000.000,00, sendo que a totalidade das 18.000.000 de novas quotas foi subscrita e integralizada pela HEI, mediante a conferência dos imóveis (terrenos) de propriedade da HEI ao capital social. Por meio da 2ª Alteração/Consolidação Contratual, datada de 11/02/2021, a Bento foi inicialmente convertida em sociedade por ações, passando o seu capital a ser constituído por 180.001 ações. No mesmo ato, as sócias OPI-12 e HEI emitiram 194.999 novas ações sem valor nominal, com preço unitário de emissão de R$ 184,62, representando um aumento de capital de R$ 35.999.900,00. Todas as novas ações foram subscritas pela OPI-12, que integralizou 10 ações na data da 2ª ACS, ficando 194.989 ações, no valor total de R$ 35.998.053,93, a serem integralizadas. Durante o ano de 2021, a OPI-12 realizou aportes no valor total de R$ 1.650.000,00, destinados à integralização de 8.937 ações, ficando 186.052 ações, no valor de R$ 34.348.053,93 a serem integralizadas. Por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), datada de 31 de março de 2022, as acionistas OPI-12 e HEI emitiram 4.711 novas ações sem valor nominal, com preço unitário de emissão de R$ 184,62, representando um aumento de capital de R$ 869.744,82. As ações foram subscritas e integralizadas pelas acionistas OPI-12 e HEI na proporção de suas participações no capital social da Bento. Sendo assim, a OPI-12 subscreveu e integralizou, na data da AGOE, 2.450 ações, enquanto a HEI subscreveu e integralizou, na data da AGOE, 2.261 ações. Durante o ano de 2022, a OPI-12 realizou aportes no valor total de R$ 550.000,00, destinados à integralização de 2.979 ações, ficando 194.985 ações, no valor de R$ 35.998.053,93 a serem integralizadas. Por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), datada de 30 de junho de 2023, as acionistas OPI-12 e HEI emitiram 1.298 novas ações sem valor nominal, com preço unitário de emissão de R$ 184,62, representando um aumento de capital de R$ 239.636,76. As ações foram subscritas e integralizadas pelas acionistas OPI-12 e HEI na proporção de suas participações no capital social da Bento. Sendo assim, a OPI-12 subscreveu e integralizou, na data da AGOE, 675 ações, enquanto a HEI subscreveu e integralizou, na data da AGOE, 623 ações. Durante o exercício de 2023, a OPI-12 realizou aportes no valor total de R$ 2.380.000,00 destinados à integralização de capital social, sendo que no exercício de 2023 foram integralizados 24.807 ações no montante de R$ 4.580.000,00 correspondente à integralização de R$ 2.200.000, referente ao saldo de aportes de 2022 e R$ 2.380.000,00 decorrente dos aportes em 2023, ficando 170.177 ações no valor de R$ 31.418.053,93 a serem integralizadas. d) Lucros Acumulados - Os lucros que forem auferidos pela Empresa serão classificados em conta de Lucros Acumulados, ficando à disposição dos sócios para oportuna distribuição conforme estabelecido no Estatuto Social e aprovado em assembleia de sócios.

11) Receitas Financeiras	Controladora 2023	Controladora 2022
Rendimentos de aplicações financeiras	11.489	7.837
	11.489	**7.837**

12) Despesas Financeiras	Controladora 2023	Controladora 2022
Tarifa de Serviços Bancários	(163)	(117)
	(163)	**(117)**

13) Provisão de IRPJ e CSLL	Controladora 2023	Controladora 2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	(1.330)	(1.034)
Contribuição Social (CSLL)	(798)	(620)
	(2.128)	**(1.654)**

DIRETOR:	CONTADOR:	Kreston Partnership
Flavio Mesquita Martins	**David Oliveira Lopes da Silva**	**Assessoria e Consultoria Contábil Ltda.**
CPF nº 092.167.948.36	CRC nº 1SP-191.366/O-2	CRC nº 2SP-027240/O-2

Giant Steps Empreendimentos S.A.

CNPJ 22.261.981/0001-63

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Balanços Patrimoniais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	39.925	66.286	43.391	68.972
Aplicações financeiras	11.193	10.029	11.193	10.029
Contas a receber de clientes	-	-	2.135	4.027
Impostos e contribuições a recuperar	14	-	259	-
Outros créditos	162	8.516	260	3.339
Total do ativo circulante	**51.294**	**84.831**	**57.238**	**86.367**
Não circulante				
Partes relacionadas	9.843	-	-	-
Investimento em controladas	229	93	-	-
Imobilizado	1.120	525	1.200	611
Total do ativo não circulante	**11.192**	**618**	**1.200**	**611**
Total do ativo	**62.486**	**85.449**	**58.438**	**86.978**

Balanços Patrimoniais – Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	491	486	491	486
Salários e encargos sociais	2.999	2.158	2.999	2.158
Impostos e contribuições a recolher	448	415	874	1.930
Dividendos a pagar	-	20.293	-	20.293
Outros passivos circulantes	29	-	29	-
Total do passivo circulante	**3.967**	**23.352**	**4.393**	**24.867**
Não circulante				
Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas	4.459	9	-	-
Total do passivo não circulante	**4.459**	**9**	**-**	**-**
Total do passivo	**8.426**	**23.361**	**4.393**	**24.867**
Patrimônio líquido				
Capital social	54.895	60.010	54.895	60.010
Reserva de lucros	2.257	2.078	2.257	2.078
Prejuízos acumulados	(3.092)	-	(3.092)	-
	54.060	**62.088**	**54.060**	**62.088**
Participação de não controladores	-	-	(15)	23
Total do patrimônio líquido	**54.060**	**62.088**	**54.045**	**62.111**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**62.486**	**85.449**	**58.438**	**86.978**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**487**	**51.680**	**475**	**77.308**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**487**	**51.680**	**475**	**77.308**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social (Controladora)	Reserva Legal (Reserva de Lucros)	Prejuízos acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**60.010**	**-**	**(10.123)**	**49.887**	**11.958**	**61.845**
Constituição de reserva legal	-	2.078	(2.078)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	51.680	51.680	25.628	77.308
Lucros a distribuir	-	-	(20.293)	(20.293)	-	(20.293)
Ajustes de anos anteriores	-	-	-	-	(36)	(36)
Distribuição de dividendos	-	-	(19.186)	(19.186)	(37.527)	(56.713)
Em 31 de dezembro de 2022	**60.010**	**2.078**	**-**	**62.088**	**23**	**62.111**
Redução do capital social	(5.115)	-	-	(5.115)	-	(5.115)
Constituição de reserva legal	-	179	(179)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(3.400)	(3.400)	-	(3.400)
Lucro líquido do exercício	-	-	487	487	(12)	475
Aquisição de particiação de não controladores	-	-	-	-	(26)	(26)
Em 31 de dezembro de 2023	**54.895**	**2.257**	**(3.092)**	**54.060**	**(15)**	**54.045**

(Acionistas controladores / não controladores: Consolidado – Patrimônio líquido atribuível aos)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e da CS	**2.423**	**53.404**	**3.283**	**95.280**
Ajustes para reconciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação	513	91	568	118
Resultado de equivalência patrimonial	4.364	(92.180)	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	1.724	-	17.972
Outros ajustes e provisões	422	881	188	845
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	1.892	(4.027)
Impostos a recuperar	(14)	-	(259)	-
Partes relacionadas	(1.327)	9	-	-
Outros créditos	(162)	(8.500)	3.079	(3.323)
Fornecedores	5	205	5	205
Salários e encargos sociais	(1.107)	385	(1.107)	385
Outros créditos	29	-	29	-
Impostos e contribuições a recolher	33	(1.546)	(1.056)	(17.866)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:	**5.179**	**(45.528)**	**6.622**	**89.589**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.518)	(1.724)	(2.182)	(17.972)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	**3.661**	**(47.252)**	**4.440**	**71.617**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(1.164)	(10.029)	(1.164)	(10.029)
Aquisição de investimento	(50)	94.417	-	-
Aquisição de imobilizado	-	(337)	(49)	(336)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(1.214)**	**84.052**	**(1.213)**	**(10.365)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(23.693)	(19.186)	(23.693)	(56.712)
Redução de capital	(5.115)	-	(5.115)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(28.808)**	**(19.186)**	**(28.808)**	**(56.712)**
Aumento (diminuição) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(26.361)**	**17.615**	**(25.581)**	**4.541**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.286	48.671	68.972	64.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	39.925	66.286	43.391	68.972
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(26.361)**	**17.615**	**(25.581)**	**4.541**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	-	-	31.800	131.250
Custo dos serviços prestados	-	(17.518)	(18.867)	(17.518)
Lucro (prejuízo) operacional bruto	**-**	**(17.518)**	**12.933**	**113.732**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(488)	(26.408)	(17.500)	(27.067)
Depreciação	(513)	(91)	(568)	(118)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.364)	92.180	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.108	(34)	1.108	(34)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**(4.257)**	**48.129**	**(4.027)**	**86.513**
Receitas financeiras	7.082	5.513	7.734	9.009
Despesas financeiras	(402)	(238)	(424)	(242)
Resultado financeiro líquido	**6.680**	**5.275**	**7.310**	**8.767**
Lucro antes do impostos	**2.423**	**53.404**	**3.283**	**95.280**
IR e CS correntes	(1.936)	(1.724)	(2.808)	(17.972)
Lucro líquido do exercício	**487**	**51.680**	**475**	**77.308**
Atribuído aos:				
Controladores	487	51.680	487	51.680
Não controladores	-	-	(12)	25.628

Diretoria

Rodrigo Potenza Terni — **Christian Iveson**
Flávio Potenza Terni — **Jorge Guimarães Larangeira**

Contador

Leonardo Fonseca de Campos - Contador
CRC 1SP 303.190/0-9

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Giant Steps Empreendimentos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Giant Steps Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Giant Steps Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas ("PMEs"), conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às PMEs (CPC PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Eloise Guerra - Contadora - CRC nº 1 SP 264852/O-0

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguintes endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br ou na sede da companhia.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1033430-51.2022.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Théo Assuar Gragnano, na forma da Lei, etc. Faz saber a William Rosemblum CPF 039.826.178-47 e Adriana Abadi Rosemblum CPF 176.390.018-54, que o Condomínio Edifício Petit Royal ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, para receber a quantia de R$ 41.375,05 (maio/2022), referente às cotas condominiais do apto. 61, 6º andar, do condomínio exequente. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, paguem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresentem embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para pagamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2024. [23,24]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS ?. DESAPROPRIAÇÃO ? LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS Processo Digital nº: 1069744-42.2019.8.26.0053. Classe: Assunto: Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941. Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Requerido: Saleh Hussein Bdeir e outro. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1069744-42.2019.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Eduardo Medeiros Grisolia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Saleh Hussein Bdeir, CPF 064.350.768-04, objetivando a expropriação da área de 120,40 m², concernente à totalidade do imóvel situado na Rua Barros Ávila, nº 25 - Vila Constância - São Paulo/SP, contribuinte nº 067.421.0070-29, o qual está em posse de Miguel Alonso Gonçalves, CPF 007.580.918-42. Contestada a ação, foi recusada a oferta. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. N - 23 e 24

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **DANILO SILVA VIEIRA DOS SANTOS**, conferente, RG nº 494365778-SSP/SP, CPF nº 423.661.248-80, e **FLÁVIA CARREIRO DA SILVA**, caixa, RG nº 568792968-SSP/SP, CPF nº 486.453.688-03, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Jean Degreef nº 98, casa 01, ficam intimados a purgarem a mora referente a 37 (trinta e sete) prestações em atraso, vencidas de 20/03/2021 a 20/03/2024, no valor de R$41.982,53 (quarenta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais, e cinquenta e três centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$42.386,02 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais, e dois centavos), que atualizado até 06/06/2024, perfaz o valor de R$56.154,86 (cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais, e oitenta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 780, apartamento nº 32, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Condomínio Residencial Dez Jardim Botânico, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 420 na matrícula nº 218.851, transportada pela Av.1 na matrícula nº 233.496. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

Geribá Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 30.698.850/0001-76 - NIRE 35.235.275.670

Ata de Reunião de Quotistas Realizada em 19 de Abril de 2024

I. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de abril de 2024, às 10h (dez horas), com participações remotas por videoconferência. **II. Presença:** Compareceram os seguintes sócios: (i) **Marko Jovovic**, brasileiro naturalizado, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 69.519.576-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo ("SSP/SP"), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 231.972.368-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck 360, 11º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000; (ii) **GB27 Investimentos Imobiliários e Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 16.699.675/0001-00, estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck 360, 11º andar do Edifício 360 JK, sala GERE2, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus administradores Sr. Paulo Souza Queiroz Figueiredo, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 38.547.300-X, expedido pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 353.001.308-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck 360, 11º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, e o Sr. Marko Jovovic, acima qualificado; e (iii) **Geribá Brazil Real Estate Partners II LLC**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.929.646/0001-19, com sede na 16192 Coastal Highway, County of Sussex/DE 19958, Lewes, Delaware, Estados Unidos da América, neste ato representada por seus bastante procuradores, o Sr. Marko Jovovic e Sr. Paulo Souza Queiroz Figueiredo, ambos acima qualificados; os quais representam a totalidade do capital social da Geribá Investimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"). **III. Composição da Mesa:** Presidente: Marko Jovovic; e Secretária: Maria Carolina Ricciardi. **IV. da Ordem do Dia:** Esta reunião teve como ordem do dia deliberar sobre a redução de capital social da Sociedade. **V. Deliberações:** Os Sócios, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, aprovaram: (i) a redução de capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R$4.161.615,00 (quatro milhões, cento e sessenta e um mil e seiscentos e quinze reais), será reduzido em R$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), passando o capital social da Sociedade a ser de R$2.061.615,00 (dois milhões, sessenta e um mil e seiscentos e quinze reais). Dessa forma, declaram ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, a redução do capital social será realizada restituindo-se parte do valor das quotas à sócia Geribá Brazil Real Estate Partners II LLC. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual foi assinada digitalmente, por todos os Sócios, os quais representam a totalidade do capital social, por mim Secretária e pelo Presidente. Mesa: Marko Jovovic - Presidente; e Maria Carolina Ricciardi - Secretária. São Paulo, 19 de abril de 2024. Sócios: **Geribá Brazil Real Estate Partners II LLC** - Por procuradores: Paulo Souza Queiroz Figueiredo e Marko Jovovic; **GB27 Investimentos Imobiliários e Participações Ltda.** Por: Paulo Souza Queiroz Figueiredo e Marko Jovovic.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na Rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-00, foi prenotado sob o nº 515.430, em 03 de abril de 2023, e devidamente autuado, o requerimento feito por ANDRÉ GERMANO BOLL, brasileiro, do comércio, RG nº 37.629.256-8-SSP/SP, CPF/ME nº 591.955.760-53, e sua mulher ANA MARIA RODRIGUEZ COSTAS, brasileira, do comércio, RG nº 11.597.220-1-SSP/SP, CPF/ME nº 040.496.138-08, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei nº 6515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Cayowaa nº 1951, casa 04, Sumaré, CEP 01258-001, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, tendo por objeto imóvel consistente em um prédio designado pela letra "B", e seu respectivo terreno, situados na Travessa Professor Ernesto Checchia nº 4, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da matrícula nº 71.368, do 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 425 a 434 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial extraordinária da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 24 de abril de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

Berg-Steel S/A
Fábrica Brasileira de Ferramentas

CNPJ/ME n° 44.209.294/0001-31 - NIRE 35300027132

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 19/03/2024

Data, Hora e Local: aos 19/03/2024, as 10 horas, na sede social da Berg-Steel S.A Fábrica Brasileira de Ferramentas ("Companhia"), na cidade de Araras/SP, na rua Princesa Isabel, n° 71 - Bairro Belvedere CEP 13601-051. **Convocação e Publicações:** Edital de convocação de acionistas publicado no D.O.E. nos dias 16/02/2024, P.3,19/02/2024, P.3 e 20/02/2024, P.5 e no Jornal O Dia nos dias 16/02/2024, P.5, 17/02/2024, P.5 e 20/02/2024, P.4, nos termos dos art. 124 parágrafos da lei n° 6.404/1976 ("Lei das Sociedades pos Ações"). Balanço Patrimonial, Demonstrativos de Resultados de Demais Demonstrações Financeiras e Contábeis do exercício de 2022 publicados no D.O.E do dia 15/02/2024, no P.2, e no Jornal O Dia do dia 20/02/2024, p.5. **Presenças:** acionistas representando 97,14% do Capital Social, conforme assinaturas ao final desta ata e constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** presidente - Talitha Baggio Chiarotti; secretaria – Eliana Rita Osis Recchia. **Ordem do Dia:** (i) exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) definição da remuneração global dos administradores da companhia; (iv) deliberação sobre a intalçai do conselho fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; (v) outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** preliminarmente, aprovada a lavratura desta ata em forma de sumario, conforme art. 130, §1°, da lei das Sociedades por Ações; (i) foram aprovados o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e demais Demonstrações Financeiras e Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023, como também o Relatório de Contas da Administração do ano de 2023, com parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia em 19/02/2024; (ii) foi aprovada a destinação do lucro liquido apurado no balanço de 31/12/2023, no valor total de R$ 840.000,00, mediante a distribuição de dividendos aos acionista, na proporção de suas respectivas participações no capital social, a serem pagos, até 02/04/2024, em moeda corrente nacional. Os acionista também ratificam as distribuições de dividendos promovidas pela Companhia em 18/08/2023 (R$ 1.585.000,00) em 24/11/2023 (R$ 2.500.000,00) e em 17/01/2024 (R$ 1.000.000,00), totalizando assim, ao considerar o valor da distribuição autorizada nesta data (R$ 840.000,00), o valor de R$ 5.925.000,00 para o exercício encerrado em 31/12/2023; (iii) foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Concelho de Administração e da Diretoria no valor de R$ 1.485.000,00; (iv) foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal até a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizadas no ano de 2024 e foram eleitos os membros efetivos, a saber: (a) Rogerio Alessandre de Oliveira Castro, brasileiro, advogado, casado, RG n° 18.404.774-2, e CPF/ME n° 128.299.378-05, com endereço comercial na cidade de Araras/SP, na Avenida Maria Aparecida Muniz Michielin, n° 1220, Jardim Piratininga, CEP 13604-085; (b) Marcos Luciano Gonçalves, brasileiro, casado, administrador de empresas, CRA n° 55.473, RG n° 8.804.617, e CPF/ME n° 015.888.888-00, residente e domiciliado na cidade de Monte Alegre do Sul/SP, na Rua Joaquim de Oliveira, 423, Centro, CEP 13820-000; indicado pelos acionistas minoritários, o senhor (c) Nelson dos Santos Donisete Corcovia, brasileiro, contador, casado, RG n° 15.569.309, CPF/ME n° 016.630.178-75, residente e domiciliado na cidade de Leme/SP, na Rua Júlio Pedro Bonfogo, n° 127, Condomínio Portal do Bosque, CEP 13613-234. Os membros do Conselho Fiscal eleitos foram empossados em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse que seguem como anexo I a esta ata; (v) foi aprovada a remuneração anual de R$ 45.744,00 para cada membro efetivo Conselho Fiscal da Companhia em observância ao art. 162 §3° da Lei das Sociedade por Ações. **Encerramento e lavratura e Leitura da Ata:** nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Araras/SP, 19/03/2024. Talitha Baggio Chiarotti -Presidente; Eliana Rita Osis Recchia - secretaria. **Acionistas:** José abilio Baggio (espolio); Martha Lilian Silveira Lagazzi Baggio; Martha L. S. Lagazzi Baggio (inventariante); Silvana Lagazzi Baggio Carrocci; Cristiane Lagazzi Baggio Chiarotti; Udovaldo Tadeu Chiarotti; Talitha Baggio Chiarotti; Silvio Antonio Lagazzi Baggio; Paulo Roberto LAgazzi Baggio; Sandra Geni Osis Gomes da Cruz; Eliana Rita Osis Recchia; Sylvio Baggio Neto. **Jucesp** nº 150.693/24-2 em sessão de 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TOTVS TECHFIN S.A.

CNPJ Nº 37.896.148/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Techfin S.A., submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A TOTVS Techfin é uma *Joint Venture* formada pela TOTVS e o Banco Itaú, focada nos negócios de disponibilização de serviços financeiros, como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros, parcerias, produtos que possuem algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito. Na TOTVS Techfin também estão consolidados os rendimentos das cotas subordinadas do FIDC I e II para o qual a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier") cede os créditos originados. A TOTVS Techfin está inserida na dimensão de Techfin do grupo TOTVS que visa simplificar, ampliar e democratizar o acesso dos clientes SMB (*Small Mid-sized Businesses*) da TOTVS a serviços financeiros B2B, contemplando os negócios da Supplier e dos novos produtos. Para fins de dividendos, a Techfin prevê em seu Estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CIRCULANTE		**315.522**	**109.967**	**2.647.916**	**2.519.863**
Caixa e equivalentes de caixa	6	165.901	7.384	211.936	164.755
Aplicações financeiras	7	-	-	266.225	461.895
Outros Investimentos	8	142.703	98.595	-	-
Contas a receber de clientes	9	1.542	1.783	2.088.451	1.836.965
Tributos a recuperar		4.163	1.190	16.610	4.078
Outros ativos	12	1.213	1.015	64.694	52.170
NÃO CIRCULANTE		**354.682**	**358.805**	**260.521**	**304.115**
Realizável a longo prazo		**19.777**	**5.074**	**161.938**	**166.096**
Crédito com empresas ligadas	11	2.345	968	-	32
Ativo fiscal diferido	10	17.419	4.106	161.365	165.599
Depósito judicial	13	-	-	573	465
Investimentos	13	328.436	340.361	-	-
Imobilizado	14	3.004	1.120	7.152	6.406
Intangível	15	3.465	12.250	91.431	131.613
Total do Ativo		**670.204**	**468.772**	**2.908.437**	**2.823.978**

PASSIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CIRCULANTE		**17.253**	**10.086**	**2.251.171**	**2.361.753**
Obrigações sociais e trabalhistas	16	12.957	5.836	32.562	23.088
Fornecedores		2.410	269	18.107	9.478
Obrigações fiscais		559	431	2.878	2.636
Comissões a pagar		160	86	2.788	1.873
Dividendos a pagar		-	3.024	-	3.024
Empréstimos e arrendamentos		449	-	1.584	1.159
Repasse para parceiros	17	-	-	779.118	678.215
Cotas sênior e mezanino	19	-	-	1.410.463	1.638.887
Outros passivos		718	440	3.671	3.393
NÃO CIRCULANTE		**6.218**	**1.331**	**10.533**	**4.870**
Empréstimos e arrendamentos		1.093	-	1.790	1.749
Provisão para contingências	18	-	-	2.478	1.166
Outros passivos		5.125	1.331	6.265	1.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**646.733**	**457.355**	**646.733**	**457.355**
Capital social		818.700	614.000	818.700	614.000
Reserva de capital		(168.206)	(166.352)	(168.206)	(166.352)
Reservas de lucros		(3.761)	9.707	(3.761)	9.707
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**670.204**	**468.772**	**2.908.437**	**2.823.978**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Reserva de Lucros - Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2023		**614.000**	**(166.352)**	**637**	**9.070**	**-**	**457.355**	**457.355**
Transação de capital com sócios		**204.700**	**(1.854)**	**-**	**(9.070)**	**-**	**193.776**	**193.776**
Aumento de capital	20	204.700	-	-	-	-	204.700	204.700
Plano de outorga de ações	21	-	1.032	-	-	-	1.032	1.032
Dividendos		-	-	-	(9.070)	-	(9.070)	(9.070)
Reserva especial de ágio (incorporação)	20	-	(2.886)	-	-	-	(2.886)	(2.886)
Resultado abrangente total		**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.398)**	**(4.398)**	**(4.398)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(4.398)	(4.398)	(4.398)
Absorção do prejuízo		**-**	**-**	**-**	**(4.398)**	**4.398**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**818.700**	**(168.206)**	**637**	**(4.398)**	**-**	**646.733**	**646.733**

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Reserva de Lucros - Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2022		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transação de capital com sócios		**614.000**	**(166.352)**	**-**	**-**	**(3.024)**	**444.624**	**444.624**
Aumento de capital	20	614.000	-	-	-	-	614.000	614.000
Plano de outorga de ações	21	-	3.897	-	-	-	3.897	3.897
Dividendos		-	-	-	-	(3.024)	(3.024)	(3.024)
Reserva especial de ágio (incorporação)	20	-	(170.249)	-	-	-	(170.249)	(170.249)
Resultado abrangente total		**-**	**-**	**-**	**-**	**12.731**	**12.731**	**12.731**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.731	12.731	12.731
Constituição de reservas	**20**	**-**	**-**	**637**	**9.070**	**(9.707)**	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**614.000**	**(166.352)**	**637**	**9.070**	**-**	**457.355**	**457.355**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Softwares	22	11.201	5.459	11.201	5.459
Produtos de crédito	22	-	-	435.813	199.186
Receita Líquida		**11.201**	**5.459**	**447.014**	**204.645**
Custo de software	23	(7.732)	(1.959)	(7.732)	(1.959)
Custo de produtos de crédito	23	-	-	(203.264)	(84.495)
Lucro Bruto		**3.469**	**3.500**	**236.018**	**118.191**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Pesquisa e desenvolvimento	23	(43.809)	(13.857)	(59.796)	(20.468)
Despesas comerciais e marketing	23	(17.135)	(5.035)	(84.846)	(41.201)
Despesas gerais e administrativas	23	(12.683)	(638)	(103.727)	(38.200)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	23	132	49	(1.158)	(581)
Prejuízo antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial		**(70.026)**	**(15.981)**	**(13.509)**	**17.741**
Receitas financeiras	24	31.439	4.692	11.415	658
Despesas financeiras	24	(870)	(1)	(2.056)	(110)
Resultado da equivalência patrimonial	13	21.746	19.915	-	-
(Prejuízo)/ Lucro antes tributação do imposto de renda e contribuição social		**(17.711)**	**8.625**	**(4.150)**	**18.289**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	1.099	(3.411)
Imposto de renda e contribuição social diferido		13.313	4.106	(1.347)	(2.147)
Total do imposto de renda e contribuição social	**10**	**13.313**	**4.106**	**(248)**	**(5.558)**
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício		**(4.398)**	**12.731**	**(4.398)**	**12.731**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	**(4.398)**	**12.731**	**(4.398)**	**12.731**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**(4.398)**	**12.731**	**(4.398)**	**12.731**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo)/ Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		**(17.711)**	**8.625**	**(4.150)**	**18.289**
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		6.875	3.131	40.943	17.328
Pagamento baseado em ações		2.473	3.897	3.882	3.897
Perda na baixa/ venda de ativo imobilizado e intangível		2.547	971	2.547	1.202
Provisão para perda esperada	9	14	12	33.266	20.787
Equivalência patrimonial	13	(21.746)	(19.915)	-	-
Provisão para contingências		-	-	1.694	352
Remuneração dos cotistas sênior e mezanino do Supplier FIDC		-	-	146.534	77.329
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		(6.806)	(2.472)	10.996	64
		(34.354)	**(5.751)**	**235.712**	**139.248**
Variação em ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		227	(1.795)	(284.752)	(13.767)
Impostos a recuperar		(4.164)	(1.190)	(21.292)	9.812
Outros ativos		(211)	(385)	(12.622)	(23.615)
Obrigações sociais e trabalhistas		8.049	2.212	10.402	8.741
Fornecedores		2.141	269	8.629	1.363
Impostos a pagar		496	431	9.608	(7.523)
Repasse para parceiros		-	-	100.903	20.422
Outras contas a pagar		1.296	1.328	2.155	(22.195)
Caixa gerado nas operações		**(26.520)**	**(4.881)**	**48.743**	**112.486**
Juros pagos		(11.257)	-	(10.996)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(330)	(1.783)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(37.777)**	**(4.881)**	**37.417**	**110.703**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas		(15.000)	-	-	-
Dividendos recebidos		45.785	-	-	-
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado e intangível	14/15	(1.051)	(3.045)	(2.486)	(4.274)
Aplicações financeiras		(26.150)	-	230.844	(138.634)
Valor da venda de ativos imobilizados		284	-	284	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**3.868**	**(3.045)**	**228.642**	**(142.908)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de capital	4	204.700	16.278	204.700	188.112
Pagamento de principal de empréstimos		(600.000)	-	(600.000)	-
Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil		(212)	-	(1.384)	(498)
Captação de empréstimos		600.000	-	600.000	-
Aplicações (resgate) de cotas sênior e mezanino		-	-	(410.132)	9.378
Crédito com empresas ligadas		32	(968)	32	(32)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(12.094)	-	(12.094)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**192.426**	**15.310**	**(218.878)**	**196.960**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**158.517**	**7.384**	**47.181**	**164.755**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.384	-	164.755	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		165.901	7.384	211.936	164.755

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A TOTVS Techfin S.A., ("TOTVS Techfin" ou "Companhia"), sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A TOTVS Techfin, possui operações de serviços financeiros através de suas controladas, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios, com um modelo de negócio leve e inteligente, que une ciência de dados, integração com ERPs e ampla distribuição, além de acesso a *funding* eficiente para suportar a expansão da operação. Em 31 de julho de 2023 foi concluída a transação que alienou 50% do capital social da TOTVS Techfin pela TOTVS S.A. para o Itaú Unibanco S.A., formando a *Joint Venture* TOTVS Techfin (JV), onde cada um passou a deter 50% do capital social da TOTVS Techfin. Em 03 de maio de 2023 a controlada TTSCD Sociedade de Credito Direto S.A. ("TTSCD") obteve autorização do Banco Central (BACEN) para desempenho das atividades e em 22 de junho de 2023, o BACEN aprovou a alteração do controle societário como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A.. Atualmente a TTSCD atua como agente de financiamento da Supplier Administradora, ambas controladas da Techfin. Em 22 de setembro de 2023, foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, com prazo de duração de 30 anos, podendo ser prorrogado à critério da maioria dos cotistas, reunidos em Assembleia Geral, regido, pelo regulamento do fundo. O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios e ativos financeiros. A gestão da carteira do fundo é realizada pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. **2.2. Base de preparação e apresentação -** As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de abril de 2024, após recomendação do Comitê de Auditoria em reunião realizada no dia 17 de abril de 2024. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de consolidação -** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. Perda de controle - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Investidas	Sede	Participação	Atividade principal	% de Participação 2023	% de Participação 2022
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora")	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%	100,00%
Cartão de compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Supplier FIDC") (i)	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	-	-
Cartão de compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II ("Supplier FIDC II") (i)	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	-	-
TTSCD Sociedade de Credito Direto S.A. ("TTSCD", antiga "Supplier SCD")	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%	100,00%
SP Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S.A. ("SP Securitizadora") (ii)	BRA	Indireta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%	-

(i) A Supplier FIDC e Supplier FIDC II estão sendo consolidadas em função da Companhia deter cotas subordinadas, as quais detém a maioria dos riscos e benefícios do Fundo.
(ii) Empresa ainda não operante. A TTSCD fazia parte do acervo incorporado da Supplier Participações em junho de 2022 e fez parte do acervo cindido para a TOTVS Techfin em outubro de 2022.

2.4. Resumo das práticas contábeis materiais - A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Mensuração do valor justo -** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **b) Instrumentos financeiros -** A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Classificação -** A Companhia e suas controladas classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia e suas controladas é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia e suas controladas classificam, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Aplicações Financeiras", além de "Fornecedores e outros passivos". **c) Contas a receber de clientes -** O contas a receber de clientes estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de contas a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. **d) Investimentos -** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e são consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **e) Intangíveis e Ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **f) Receitas e despesas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas segregam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de produto de crédito -** As receitas de produto de crédito compreendem principalmente: (i) antecipação de recebíveis que derivam principalmente de taxas de desconto cobradas pela antecipação de contas a receber dos parceiros de negócios. O desconto é medido pela diferença entre o valor original a pagar ao parceiro de negócios, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita é reconhecida no momento da antecipação, em que os riscos e benefícios são transferidos para a controlada Supplier Administradora; e (ii) taxas de administração, são reconhecidas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida no momento da prestação de serviço. O preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes. **Receita de software recorrente** A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **Receita de software não recorrente -** A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. **g) Custos e despesas -** Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de softwares. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **h) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, exceto para a controlada Supplier cuja alíquota é de 41%. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **i) Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2023 -** A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2023, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • CPC 50/ IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **j) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes -** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; • Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com *Covenants*; • Alterações à IAS 7/ CPC 03 e IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores; • Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*; • Alterações à IAS 21/ CPC 02 - Ausência de conversibilidade. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: (i) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – divulgadas na nota 9; (ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis – detalhadas na nota 15.1; (iii) Impostos diferidos – divulgados na nota 10; e detalhes ver nota 10.2; (iv) Provisão para contingências - divulgada na nota 18. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA: A Techfin visa simplificar, ampliar e democratizar o acesso dos clientes SMB (*Small Mid-sized Businesses*) da TOTVS a serviços financeiros B2B, contemplando negócios da subsidiária Supplier e dos novos produtos. No dia 12 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de uma *Joint Venture* com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), denominada TOTVS Techfin ("JV"), cujo objetivo é operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS S.A. e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da TOTVS Techfin. Para fins de desenvolvimento das atividades da JV, TOTVS S.A. e Itaú assumiram, em especial, as seguintes obrigações: (i) A TOTVS S.A. contribuiu com ativos da sua dimensão de negócios Techfin, incluindo a totalidade das ações do capital social votante da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier"); (ii) O Itaú será responsável por disponibilizar *funding* para as operações da JV, pelo prazo e nos volumes necessários e com sua expertise financeira, contribuindo com o desenvolvimento de produtos financeiros da JV. O Itaú realizou um aporte primário de R$200.000 no capital social da JV. Adicionalmente, no contexto de criação da JV, o Itaú se comprometeu a pagar para a TOTVS S.A. até R$860.000 pelas ações da JV, dos quais R$410.000 foram pagos à vista, na data do fechamento da Transação, e até R$450.000 que serão pagos após 5 anos, a título de preço complementar *(Earn-out)*, mediante o atingimento de metas alinhadas aos objetivos de crescimento e performance da JV.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria - É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado	Nota	Classificação por categoria	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio do resultado	-	102.309
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	211.936	62.446
Aplicações financeiras	7	Valor justo por meio do resultado	266.225	461.895
Contas a receber de clientes	9	Custo amortizado	2.088.451	1.836.965
Instrumentos Financeiros Ativos			**2.566.612**	**2.463.615**
Contas a pagar e fornecedores		Custo amortizado	20.895	14.375
Repasse aos parceiros	17	Custo amortizado	779.118	678.215
Cotas sênior e mezanino	19	Custo amortizado	1.410.463	1.638.887
Outros passivos		Custo amortizado	172	5.864
Passivos Financeiros			**2.210.648**	**2.337.341**

Os ativos e passivos apresentados acima não diferem significativamente de seus valores justos.

5.2. Gestão de riscos financeiros - Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez:** é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo. **b) Risco de Crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que na controlada Supplier Administradora, o giro da carteira é rápido com prazo médio de 71 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. **c) Risco de Mercado:** a estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e; v) novas transações, atividades e operações complexas. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente a instrumentos financeiros (incluindo empréstimos) e títulos a receber (devido às cessões de carteira), sendo monitorado continuamente apesar do risco não ser significativo. **5.3. Gestão de capital -** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições de *rating* e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Disponibilidades	17	8	5.982	6.740
Equivalentes de Caixa	**165.884**	**7.376**	**205.954**	**158.015**
Fundo de investimento	-	7.376	-	102.309
CDB	104.719	-	132.004	55.706
LFT - Letras financeiras do tesouro (i)	61.165	-	73.950	-
	165.901	**7.384**	**211.936**	**164.755**

(i) Referem-se a aplicações em títulos públicos de alta liquidez que estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas deixaram de concentrar seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: Os valores relativos a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e títulos do tesouro são de uso exclusivo do Supplier FIDC e Supplier FIDC II, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Títulos do tesouro (i)	50.254	29.077
Cotas de fundos de investimentos (ii)	215.971	432.818
Total	**266.225**	**461.895**

(i) São utilizados os preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para a data de avaliação. No caso de aproximação de vencimento do papel em que não há divulgação de taxas, é utilizada a taxa indicativa do papel de vencimento mais próximo para a data de avaliação, ou agentes de mercado, quando necessário.
(ii) São atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas Instituições Financeiras custodiantes dos fundos onde os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, serão utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior.

8. OUTROS INVESTIMENTOS: Refere-se à quota do fundo Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da quota divulgada pelos administradores do fundo, além dos investimentos em cotas seniores do fundo Cartão de Compra Supplier. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$142.703 (R$98.595 em 31 de dezembro de 2022).

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

9.1. Contas a receber de clientes - A seguir apresentamos os montantes a receber:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mercado interno	1.569	1.795	21.032	1.795
Contas a receber bruto	**1.569**	**1.795**	**21.032**	**1.795**
Direitos creditórios (i)	-	-	2.210.347	1.948.284
Total do contas a receber e direitos creditórios	**1.569**	**1.795**	**2.231.379**	**1.950.079**
(-) Provisão para perda esperada	(27)	(12)	(142.928)	(113.114)
Contas a receber líquido	**1.542**	**1.783**	**2.088.451**	**1.836.965**
Ativo circulante	1.542	1.783	2.088.451	1.836.965

(i) Os direitos creditórios estão alocados no Supplier FIDC e Supplier FIDC II e são referentes aos títulos cedidos advindos das compras de crédito da Supplier nos estabelecimentos conveniados.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	846	785	18.628	785
A faturar	630	985	630	985
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	41	15	915	15
de 31 a 60 dias	13	10	130	10
de 61 a 90 dias	7	-	76	-
de 91 a 180 dias	24	-	262	-
Acima de 180 dias	8	-	391	-
Contas a receber bruto	**1.569**	**1.795**	**21.032**	**1.795**
(-) Provisão para perda esperada	(27)	(12)	(702)	(12)
Contas a receber líquido	**1.542**	**1.783**	**20.330**	**1.783**

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada. A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	**12**	**-**	**113.114**	**-**
Complemento de provisão no período	14	12	33.266	20.787
Baixa de provisão por perdas	1	-	(3.452)	(3.126)
Aquisição de controladas	-	-	-	95.453
Saldo no final do exercício	**27**	**12**	**142.928**	**113.114**

9.2. Direitos creditórios - A seguir apresentamos os saldos dos direitos creditórios oriundos da operação de crédito:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Direitos creditórios a receber	2.210.347	1.948.284
(-) Provisão para perda esperada	(142.226)	(113.102)
Direitos creditórios líquidos	**2.068.121**	**1.835.182**

A seguir apresentamos os montantes de direitos creditórios por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como seguem:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A vencer	2.052.006	1.817.109
Títulos Vencidos		
de 1 a 30 dias	14.258	20.709
de 31 a 60 dias	5.410	5.371
de 61 a 90 dias	3.934	6.524
de 91 a 180 dias	10.450	9.754
de 181 a 360 dias	20.654	18.179
mais de 360 dias	103.635	70.638
Contas a receber bruto	**2.210.347**	**1.948.284**
(-) Provisão para perda esperada	(142.226)	(113.102)
Total	**2.068.121**	**1.835.182**

(Continua)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(Continuação)

TOTVS TECHFIN S.A. - CNPJ nº 37.896.148/0001-66

Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 93% da carteira (94% em 31 de dezembro de 2022) estão segurados por apólices que cobrem em média 90% (90% em 31 de dezembro de 2022) do saldo devedor das operações.

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **10.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social -** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes da tributação	**(17.711)**	**8.625**	**(4.150)**	**18.289**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	6.022	(2.933)	1.411	(6.218)
Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	7.394	6.771	-	-
Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D	-	-	1.429	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	1.049
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	-	-	(3.169)	(6.323)
Participação de administradores	(18)	-	(18)	-
PAT (programa de alimentação do trabalhador)	-	-	243	-
Outros	(85)	268	(144)	5.934
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**13.313**	**4.106**	**(248)**	**(5.558)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	1.099	(3.411)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.313	4.106	(1.347)	(2.147)
Taxa efetiva	**75,2%**	**-47,6%**	**-6,0%**	**30,4%**

10.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**12.033**	**2.227**	**31.606**	**3.219**
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Amortização da mais valia (i)	-	-	108.646	147.697
Provisão para comissões	54	29	1.106	744
Provisão para perda esperada	9	4	5.668	4.314
Provisão para contingências e outras obrigações	-	-	991	466
Provisão de fornecedores	603	63	2.226	1.067
Provisão para remuneração baseado em ações	2.486	1.582	3.764	2.075
Participação nos lucros e resultados	1.487	340	6.068	4.474
Outras	747	(139)	1.290	1.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**17.419**	**4.106**	**161.365**	**165.599**
Ativo fiscal diferido	17.419	4.106	161.365	165.599

(i) Refere-se ao benefício fiscal dos intangíveis da Supplier.

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	**4.106**	**-**	**165.599**	**-**
Despesa da demonstração de resultado	13.313	4.106	(1.347)	(2.147)
Aquisição de controladas	-	-	-	9.086
Reorganização societária	-	-	(2.887)	158.660
Saldo no final do exercício	**17.419**	**4.106**	**161.365**	**165.599**

10.3. Realização dos tributos diferidos - As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e Controladas são eliminados para fins de consolidação.

Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são assim demonstrados:

	2023					2022				
Empresa	Outros ativos	Contas a pagar	Outros passivos (i)	Receitas	Custos	Outros ativos	Contas a pagar	Outros passivos (i)	Receitas	Custos
TOTVS S.A. (ii)	-	-	3.787	97	2.605	-	14	-	-	608
Supplier (iii)	2.345	75	-	581	218	968	15	937	296	97
Total	**2.345**	**75**	**3.787**	**678**	**2.823**	**968**	**29**	**937**	**296**	**705**

(i) Referem-se a valores dos planos de remuneração baseado em ações, inseridos na rubrica "outros passivos".

(ii) A TOTVS S.A. faz parte do empreendimento controlado em conjunto com o Itaú, constituindo a JV, conforme nota 4.

(iii) Empresa controlada.

Não há honorários da Administração à pagar pela Companhia.

12. OUTROS ATIVOS: A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas antecipadas	50	166	3.729	5.308
Adiantamento a funcionários	134	55	559	245
Adiantamento a fornecedores	215	3	215	3
Negociação e intermediação – Supplier FIDC	-	-	59.368	38.840
Outros ativos	814	791	823	7.774
Total	**1.213**	**1.015**	**64.694**	**52.170**
Ativo circulante	1.213	1.015	64.694	52.170

13. INVESTIMENTOS: Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A movimentação da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2023					Equivalência patrimonial (controladora) dos exercícios findos em:		Saldos de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	2023	2022	2023	2022
TTSCD	20.857	2.795	18.062	4.928	101	101	(25)	18.062	2.961
Supplier Administradora	1.134.816	824.442	310.374	399.697	21.645	21.645	19.940	310.374	337.400
						21.746	**19.915**	**328.436**	**340.361**

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2021	Equivalência patrimonial	Reorganização societária	2022	Adição	Dividendos	Equivalência patrimonial	Reorganização societária	2023
TTSCD	-	(25)	2.986	2.961	15.000	-	101	-	18.062
Supplier Administradora	-	19.940	317.460	337.400	-	(45.785)	21.645	(2.886)	310.374
Total	**-**	**19.915**	**320.446**	**340.361**	**15.000**	**(45.785)**	**21.746**	**(2.886)**	**328.436**

14. IMOBILIZADO: O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros a seguir:

Controladora	Computadores e equip. eletrônicos	Veículos	Benfeitorias em imóveis arrendados	Direito de uso	Outros	Total
Custo						
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	696	-	-	-	696
Reorganização societária	222	415	-	-	15	652
Baixas	(9)	(4)	-	-	-	(13)
Saldos em 2022	**213**	**1.107**	**-**	**-**	**15**	**1.335**
Adições	363	313	372	1.754	3	2.805
Baixas	-	(219)	-	-	-	(219)
Saldos em 2023	**576**	**1.201**	**372**	**1.754**	**18**	**3.921**
Depreciação						
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação no exercício	(33)	(178)	-	-	(9)	(220)
Baixas	1	4	-	-	-	5
Saldos em 2022	**(32)**	**(174)**	**-**	**-**	**(9)**	**(215)**
Depreciação no exercício	(104)	(507)	(10)	(238)	(5)	(864)
Baixas	-	162	-	-	-	162
Saldos em 2023	**(136)**	**(519)**	**(10)**	**(238)**	**(14)**	**(917)**
Valor residual						
Saldos em 2023	**440**	**682**	**362**	**1.516**	**4**	**3.004**
Saldos em 2022	**181**	**933**	**-**	**-**	**6**	**1.120**
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	10% a 33%	10% a 33%	10% a 25%	

Consolidado	Computadores e equip. eletrônicos	Veículos	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis arrendados	Direito de uso	Outros	Total
Custo							
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	382	696	-	-	199	-	1.277
Reorganização societária	6.343	415	794	-	5.041	969	13.562
Baixas	(336)	(4)	-	-	-	(2)	(342)
Saldos em 2022	**6.389**	**1.107**	**794**	**-**	**5.240**	**967**	**14.497**
Adições	713	313	556	372	1.852	22	3.828
Baixas	-	(219)	-	-	-	-	(219)
Saldos em 2023	**7.102**	**1.201**	**1.350**	**372**	**7.092**	**989**	**18.106**
Depreciação							
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação no exercício (i)	(402)	(178)	(59)	-	(448)	(40)	(1.127)
Reorganização societária	(3.956)	-	(587)	-	(2.104)	(630)	(7.277)
Baixas	309	4	-	-	-	-	313
Saldos em 2022	**(4.049)**	**(174)**	**(646)**	**-**	**(2.552)**	**(670)**	**(8.091)**
Depreciação no exercício	(948)	(507)	(109)	(10)	(1.357)	(94)	(3.025)
Baixas	-	162	-	-	-	-	162
Saldos em 2023	**(4.997)**	**(519)**	**(755)**	**(10)**	**(3.909)**	**(764)**	**(10.954)**
Valor residual							
Saldos em 2023	**2.105**	**682**	**595**	**362**	**3.183**	**225**	**7.152**
Saldos em 2022	**2.340**	**933**	**148**	**-**	**2.688**	**297**	**6.406**
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	6,7% a 25%	10% a 33%	10% a 33%	10% a 25%	

(i) Depreciação referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Anualmente, a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve indícios de mudanças significativas.

15. INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Ativos de desenvolvimento (ii)	Outros	Total
Custo						
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
Adições	847	-	-	2.349	-	3.196
Reorganização societária	117.993	36.821	83.080	13.775	20.151	271.820
Baixas	(164)	-	-	(1.363)	(165)	(1.692)
Saldos em 2022	**118.676**	**36.821**	**83.080**	**14.761**	**19.986**	**273.324**
Adições	510	-	-	-	-	510
Baixas	-	-	-	(6.229)	-	(6.229)
Saldos em 2023	**119.186**	**36.821**	**83.080**	**8.532**	**19.986**	**267.605**
Amortização						
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização do exercício (i)	(10.050)	-	(2.733)	(2.911)	(507)	(16.201)
Reorganização societária	(58.981)	(36.821)	(14.758)	-	(15.470)	(126.030)
Baixas	119	-	-	401	-	520
Saldos em 2022	**(68.912)**	**(36.821)**	**(17.491)**	**(2.510)**	**(15.977)**	**(141.711)**
Amortização do exercício	(24.345)	-	(6.559)	(6.011)	(1.003)	(37.918)
Baixas	-	-	-	3.455	-	3.455
Saldos em 2023	**(93.257)**	**(36.821)**	**(24.050)**	**(5.066)**	**(16.980)**	**(176.174)**
Valor residual						
Saldos em 2023	**25.929**	**-**	**59.030**	**3.466**	**3.006**	**91.431**
Saldos em 2022	**49.764**	**-**	**65.589**	**12.251**	**4.009**	**131.613**
Taxa média de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	10% a 12,5%	20% a 50%	10% a 50%	

(i) Amortização referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

(ii) Na controladora, refere-se aos ativos em desenvolvimento.

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

15.1. Análise do valor recuperável de ativos - Em 2022, como consequência da reestruturação societária da TOTVS Techfin com o aporte do investimento da Supplier Administradora, os ativos intangíveis gerados na ocasião de sua aquisição pela TOTVS S.A. foram transferidos para a TOTVS Techfin. Em 31 de julho de 2023, com a conclusão da transação da alienação de 50% da participação societária da TOTVS Techfin para o Itaú, gerou um evento de liquidez, onde o valor negociado para esta transação é superior ao valor de seus ativos, e por isso, não foi objeto de teste de *impairment.*

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	4.742	1.858	7.166	3.678
Férias a pagar	3.168	2.537	7.759	6.586
Participação nos resultados e bônus	4.375	999	15.827	11.336
Outros	137	58	142	58
	12.422	**5.452**	**30.894**	**21.658**
Obrigações sociais	535	384	1.668	1.430
Total	**12.957**	**5.836**	**32.562**	**23.088**

17. REPASSE AOS PARCEIROS: Referem-se aos valores a serem pagos aos estabelecimentos conveniados com a Supplier Administradora, decorrentes dos títulos de crédito adquiridos, a vencer, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Até 3 meses	763.606	658.982
De 3 a 6 meses	15.367	18.402
Acima de 6 meses	145	831
Total	**779.118**	**678.215**

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: 18.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais - A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia e de suas controladas. O valor das provisões constituídas e suas movimentações em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como segue:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 2021	-	-	-	-
(+) Complemento de provisões	7	11	349	**367**
(+) Atualização monetária	-	21	-	**21**
(+) Reorganização societária	-	739	284	**1.023**
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	7	(22)	**(15)**
(-) Baixa por pagamento	-	(11)	(219)	**(230)**
Saldos em 2022	**7**	**767**	**392**	**1.166**
(+) Complemento de provisões	-	484	1.771	**2.255**
(+) Atualização monetária	1	97	31	**129**
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	-	(561)	**(561)**
(-) Baixa por pagamento	(8)	(12)	(491)	**(511)**
Saldos em 2023	**-**	**1.336**	**1.142**	**2.478**

A controladora não possui saldo de provisão para contingências.

18.2. Contingências possíveis - A Companhia e suas controladas são parte de ações cujo risco de perda, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, validada pelo jurídico interno e a Administração da Companhia, é classificado como possível, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Consolidado	
Natureza	2023	2022
Tributárias	3.692	5.043
Trabalhistas	2.253	2.239
Cíveis	988	730
	6.933	**8.012**

A controladora não possui saldo de contingências possíveis.

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

19. COTAS SÊNIOR E MEZANINO: O passivo referente às cotas sênior e mezaninos representa a obrigação da Supplier FIDC I e II com os cotistas sênior e mezanino que não são eliminados na consolidação do Grupo. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.410.463 (R$1.638.887 em 31 de dezembro de 2022). O indexador utilizado para rentabilidade das cotas Suppliercard FIDC Senior é CDI + 2% a.a. (CDI + 2% a.a. em 31 de dezembro de 2022), para as cotas Suppliercard FIDC Mezanino CDI + 3% a.a. (CDI + 3% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e para cotas Suppliercard FIDC Mezanino II CDI + 1,55% a.a. (CDI + 4% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e a remuneração da valorização das cotas em benefício aos titulares das cotas sênior e mezanino é registrada como custo da operação. Abaixo, demonstramos a movimentação das cotas sênior e mezanino em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	**1.638.887**	**-**
Aplicações	565.233	77.719
Reorganização societária	-	1.531.406
Resgates	(975.365)	(68.341)
Juros incorridos (i)	181.708	98.103
Saldo no final do exercício	**1.410.463**	**1.638.887**

(i) Em 2022 os juros incorridos correspondem a 5 meses, de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$818.700 (R$614.000 em 31 de dezembro de 2022), representado por 740.013.846 (614.000.000 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reservas de capital -** Em 2022, conforme resolução CVM 78/2022, foi constituída provisão para o ágio da Supplier, mantendo o benefício fiscal dessa operação em decorrência da reorganização societária dos negócios de Techfin no montante de R$170.249. **c) Destinação do lucro -** Em 31 de dezembro de 2023 o prejuízo no valor de R$4.398 foi absorvido pela reserva de lucros. Foram constituídos R$9.070 de dividendos mínimos obrigatórios.

21. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES: A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações da TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Nos programas vigentes até a data da conclusão da formação da JV, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, sendo que durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. Os planos em vigência são: (i) Programa ILP Destaques, (ii) Programa ILP Master e (iii) Programa ILP Performance. O valor registrado em reserva de capital referente ao plano de remuneração baseado em ações até 31 de julho de 2023 foi de R$1.032 (R$3.897 em 31 de dezembro de 2022).

22. RECEITA BRUTA: A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Software recorrente	**13.013**	**6.370**	**13.013**	**6.370**
Software não recorrente	**55**	**12**	**55**	**12**
Taxa de licenciamento	42	-	42	-
Serviços não recorrentes	13	12	13	12
Serviços de produto de crédito	**-**	**-**	**458.961**	**210.023**
Receita bruta	**13.068**	**6.382**	**472.029**	**216.405**
Cancelamentos	(73)	(25)	(120)	(46)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.794)	(898)	(24.895)	(11.714)
Deduções	**(1.867)**	**(923)**	**(25.015)**	**(11.760)**
Receita Líquida	**11.201**	**5.459**	**447.014**	**204.645**

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Companhia e suas controladas apresentam as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	Controladora		Consolidado	
Natureza	2023	2022	2023	2022
Salário, benefícios e encargos	51.043	17.412	109.674	43.088
Serviços de terceiros e outros insumos	19.555	59	251.420	96.401
Comissões	1.320	247	9.984	3.937
Depreciação e amortização	6.875	3.131	40.943	17.328
Provisão para contingências	-	-	1.694	229
Provisão para perda esperada	14	12	33.266	20.787
Outras	2.420	579	13.542	5.134
Total	**81.227**	**21.440**	**460.523**	**186.904**

	Controladora		Consolidado	
Função	2023	2022	2023	2022
Custo de softwares	7.732	1.959	7.732	1.959
Custos de produtos de crédito	-	-	203.264	84.495
Pesquisa e desenvolvimento	43.809	13.857	59.796	20.468
Despesas comerciais e de marketing	17.135	5.035	84.846	41.201
Despesas gerais e administrativas	12.683	638	103.727	38.200
Outras (receitas)/ despesas operacionais	(132)	(49)	1.158	581
Total	**81.227**	**21.440**	**460.523**	**186.904**

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras (i)	32.755	4.878	11.959	578
Variação monetária ativa	106	-	636	274
Outras receitas financeiras (ii)	(1.422)	(186)	(1.180)	(194)
	31.439	**4.692**	**11.415**	**658**
Despesas financeiras				
Juros incorridos	(61)	-	(199)	(72)
Variação monetária passiva	(809)	(1)	(1.857)	(38)
	(870)	**(1)**	**(2.056)**	**(110)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**30.569**	**4.691**	**9.359**	**548**

(i) Na controladora, inclui o rendimento das cotas subordinadas e sênior dos FIDCs;

(ii) Inclui os montantes de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

DIRETORIA

MÁRCIO VIEIRA DA COSTA TUPIASSU - Diretor Financeiro

HUDSON BASILIO MAGRI - Contador CRC 1SP304325/O-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Demonstrações Financeiras Anuais de 2023: Os membros do Comitê de Auditoria da TOTVS Techfin S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer preliminar dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2023") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes Ltda., por unanimidade recomendaram a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

Gilsomar Maia Sebastião – Presidente do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

Adriano Cabral Volpini – Membro do Comitê de Auditoria

Renato Barbosa Nascimento – Membro do Comitê de Auditoria

Ricardo Guerino de Souza – Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos administradores da **TOTVS Techfin S.A. -** *São Paulo – SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TOTVS Techfin S.A. ("TOTVS Techfin" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TOTVS Techfin S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024

KPMG **KPMG Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Vitor David Bezerra Colavitti Contador CRC 1SP329743/O-6

ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A.

Rua Dr. Reynaldo Machado nº 1.151 - Prado Velho
CURITIBA-PARANÁ
CNPJ/ME nº 76.650.191/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Cumprindo as disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem o grato prazer de submeter à apreciação de V.S.ªs., as contas relativas ao Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que entendam necessários.
É com satisfação que comunicamos aos senhores acionistas e colaboradores que em 2023, mantivemos um ritmo expressivo de trabalho, em que pese o cenário econômico-financeiro inquieto e inseguro, conseguimos manter o ritmo normal de trabalho no ano de 2023, esperando que, possamos manter em patamares elevados e em performance de resultados financeiros em níveis elevados, reafirmando nosso propósito de manutenção do pessoal do quadro diretivo e operacional.
Para 2024, ainda que diante de expectativas de incerteza nos cenários econômico-financeiro e político, a Administração reitera seu compromisso com a obtenção de melhores resultados para a Empresa, além da confiança na retomada do crescimento do País, em especial a recuperação do setor de infraestrutura reafirmando a convicção de construir uma ESTEIO mais eficiente.
Finalizamos agradecendo a dedicação, a competência, o profissionalismo e o comprometimento de toda a nossa força de trabalho a verdadeira força motriz desta Empresa, bem como o constante apoio dos nossos clientes e fornecedores cuja parceria, envolvimento e confiança são fundamentais para o sucesso da ESTEIO.

Curitiba, 31 de dezembro de 2023
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	**71.268.210,67**	**57.297.951,15**	**CIRCULANTE**	**24.394.476,73**	**18.351.523,57**
Disponibilidades	16.154.209,33	6.662.013,91	Fornecedores	950.394,18	1.494.180,80
Contas a Receber de Clientes	31.680.408,82	29.800.938,93	Obrigações Fiscais e tributárias	14.965.176,79	13.306.501,00
Impostos e Contribuições a Compensar	2.551.274,82	848.282,05	Adiantamentos de Clientes		8.268,01
Créditos a Receber de Terceiros	16.842.268,57	15.096.927,90	Salários a Pagar	1.085.712,52	1.265.307,99
Conta corrente Consórcios	4.040.049,13	4.889.788,36	Provisões e encargos sociais trabalhistas	637.895,83	580.538,89
NÃO CIRCULANTE	**23.663.287,62**	**28.322.815,36**	Financiamentos	5.731.734,91	237.258,17
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**6.092.970,28**	**7.753.519,89**	Conta corrente Consórcios	1.023.562,50	1.459.468,71
Empréstimos Compulsórios		597.034,92			
Depósitos Judiciais	994.883,86	1.057.236,13			
Empréstimos a pessoas ligadas	5.098.086,42	6.099.248,84	**NÃO CIRCULANTE**	**20.277.866,10**	**24.367.668,11**
PERMANENTE	**17.570.317,34**	**20.569.295,47**	Provisão para Contribuição Social	1.280.370,74	346.400,00
INVESTIMENTOS	**945.562,17**	**1.727.170,28**	Provisão para Imposto de Renda	1.568.916,74	653.600,00
Participações em outras Sociedades	940.403,34	1.722.011,45	Obrigações com a controladora	54.391,23	54.391,23
Incentivos Fiscais	5.158,83	5.158,83	Financiamentos	17.374.187,39	23.313.276,88
IMOBILIZADO	**16.624.755,17**	**18.842.125,19**			
Aeronaves	996.186,36	996.186,36			
(-) Depreciação	(684.651,48)	(585.032,76)	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**50.259.155,46**	**42.901.574,83**
Imóveis - Edificações	4.093.979,51	4.093.979,51	Capital Social	12.000.000,00	12.000.000,00
Veículos	10.977.206,42	10.072.824,41	Reserva Legal	2.400.000,00	2.400.000,00
Equipamentos Técnicos	50.284.349,07	51.150.201,69	Reserva de Lucros	21.010.147,18	11.506.230,14
Móveis, Utensílios e Instalações	839.192,97	839.192,97	Distribuição Participação Consórcio	14.849.008,28	16.995.344,69
Marcas e Patentes	1.220,54	1.220,54			
Direito de uso de Sistemas	3.793.067,96	3.765.517,96			
Direito sobre Telefones	45.785,07	45.785,07			
(-) Depreciação/amortização acumulada	**(53.721.581,25)**	(51.537.750,56)			
TOTAL DO ATIVO	**94.931.498,29**	**85.620.766,51**	**TOTAL DO PASSIVO**	**94.931.498,29**	**85.620.766,51**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**77.272.211,99**	**67.304.041,63**
RECEITAS DE VOO	452.260,27	394.044,41
OUTRAS RECEITAS	76.819.951,72	66.909.997,22
(-) Impostos sobre serviços	(6.369.648,86)	(5.922.010,01)
=RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**70.902.563,13**	**61.382.031,62**
(-) Custos dos Serviços Aereos	**(3.232.840,82)**	**(1.078.339,77)**
Tripulantes	(457.207,21)	(322.639,65)
Combustivel	(1.018.174,64)	(265.589,88)
Depreciação	(83.015,60)	(74.432,07)
Manutenção	(1.428.869,72)	(240.184,58)
Arrendamentos	(169.375,40)	(161.933,90)
Tarifas de Auxilio à Navegação	(15.654,71)	(5.715,66)
Tarifas Aeroportuárias	(60.543,54)	(7.844,03)
(-) Outros Custos dos Serviços Prestados	**(42.781.176,19)**	(44.278.365,87)
LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	**24.888.546,12**	**16.025.325,98**
(-) Honorários da Diretoria	(450.600,00)	(408.905,00)
(-) Despesas Tributárias	(813.733,35)	(626.085,56)
(-) Despesas Administrativas	(5.476.744,40)	(5.144.446,82)
(+) Receitas Financeiras	603.433,74	165.358,28
(-) Despesas Financeiras	(6.453.247,22)	(3.886.873,45)
(+) Variações Monetárias Ativas		6.156.074,62
(=) Resultado Operacional	12.297.654,89	12.280.448,05
(+) Receita não operacional	1.854.163,73	291.033,92
(-) Despesas não operacional	(1.659.239,56)	
(+)Reversão das Provisões	1.000.000,00	1.500.000,00
(=) Lucro antes da Provisão para CS e IR	**13.492.579,06**	**14.071.481,97**
(-) Provisão para Contribuição Social	(1.280.370,74)	(878.140,88)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(1.568.916,74)	(1.533.120,95)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**10.643.291,58**	**11.660.220,14**
LUCRO POR AÇÃO	**0,8869**	**0,9717**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA LEGAL	RESERVA LUCROS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2022	12.000.000,00			2.400.000,00	28.501.574,83	42.901.574,83
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES					33.451,20	33.451,20
RESULTADO DO EXERCÍCIO					10.643.291,58	10.643.291,58
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS					(3.319.162,15)	(3.319.162,15)
SALDOS EM 31/12/2023	12.000.000,00			2.400.000,00	35.859.155,46	50.259.155,46

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - INDIRETO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Atividades Operacionais				
Lucro líquido do período				**10.643.291,58**
(+) Depreciações				3.453.594,53
(-) Ajustes Exercicio Anterior				40.062,40
Variações no circulante				**14.136.948,51**
(Aumento)/ Redução das contas do Ativo	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**Variações**
Clientes	28.247.275,06	29.800.938,93	31.680.408,82	(1.879.469,89)
Outras contas a receber	22.470.347,21	19.986.716,26	20.882.317,70	(895.601,44)
Imp. e contrib. a recuperar	1.462.119,88	848.282,05	2.551.274,82	(1.702.992,77)
Realizável a longo prazo	7.660.012,60	7.753.519,89	6.092.970,28	1.660.549,61
Total ativo circulante	**59.839.754,75**	**58.389.457,13**	**61.206.971,62**	**(2.817.514,49)**
Aumento/ (Redução) das contas do Passivo				
Fornecedores	828.956,28	1.494.180,80	950.334,18	(543.846,62)
Impostos e contrib. a recolher	10.730.543,65	13.306.501,00	14.965.176,79	1.658.675,79
Salários e férias a pagar	416.167,13	1.265.307,99	1.085.712,52	(179.595,47)
Outras contas a pagar	1.639.809,26	1.704.994,89	6.755.297,41	5.050.302,52
Provisões Sociais e Trabalhistas	551.303,38	580.538,89	67.895,83	(512.643,06)
Exigível a Longo Prazo	24.079.275,34	24.367.668,11	20.277.866,10	(4.089.802,01)
Total passivo circulante	**38.246.055,04**	**42.719.191,68**	**44.102.282,83**	**1.383.091,15**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				**12.702.525,17**
2. Atividades de investimentos				
(+) Reduçao do ativo permanente				2.217.370,02
(-) Baixa Depreciação Acumulada				
(+) Reduçao de Investimentos				781.608,11
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos:				**2.998.978,13**
3. Atividades de financiamentos				
(-) Distribuição de lucros				
Dividendos distribuídos				**3.319.162,15**
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos:				(3.319.162,15)
4. Redução líquidas das disponibilidades				**12.382.341,15**
Disponibilidades imediatas em :				**16.154.209,33**
				3.771.868,18
Aumento / (redução) líquidas das disponibilidades				**12.382.341,15**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Esteio iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1968, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de Curitiba - Brasil, e tem como principal atividade atuação como empresa de consultoria, cujas atividades se concentravam na execução de projetos e supervisão de obras de engenharia civil. A crescente necessidade da utilização de levantamentos aerofotogramétricos levou a Esteio a equipar-se e a preparar uma equipe técnica para a realização de serviços de aerolevantamentos. Assim, a partir de 1976 passou a executar serviços de cobertura aerofotogramétrica e mapeamento convencional, sendo hoje, uma empresa de destaque nas áreas em que atua, possuindo em seu acervo, grande quantidade de serviços executados, com a aplicação de tecnologia de vanguarda e atuação em âmbito nacional.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de Conformidade
As presentes Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Disposições da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
2.2 Base de Mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.
2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, exceto aqueles indicados de outra forma.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações foram:
3.1 ATIVOS FINANCEIROS
3.1.1. **Caixa e Equivalentes de Caixa**
Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pro rata e apropriadas mensalmente e representam as disponibilidades da empresa.
3.1.2. Demais Ativos Circulantes
São apresentados pelo valor líquido de realização. As contas a receber de clientes, representam em sua grande parte direitos de créditos da empresa, junto aos Órgãos Públicos Municipais, Estaduais, Federais e economia mista.
3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE
3.2.1 Investimentos em Participações Societárias
Os investimentos em outras sociedades estão de acordo com a legislação vigente. A aplicação do método de equivalência patrimonial pressupõe que o investimento seja mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do período do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida.
3.2.2. Imobilizado
Avaliado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e ajustado por depreciações calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil dos bens. A Sociedade não realiza estudos de recuperabilidade de ativos (CPC 01), devido as particularidades de suas atividades operacionais.
3.3 PASSIVOS
3.3.1 Passivos Circulantes e Não Circulantes
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.
3.3.2 Provisões
São reconhecidas quando a entidade possui uma provável obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que provavelmente, sejam requeridos recursos econômicos para saldar a obrigação.
3.3.3 Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência sendo que, as provisões lançadas no exigível a longo prazo, representam o referido imposto e respectiva contribuição, sobre os lucros diferidos, de conformidade com o Art.3°, da Lei n° 8.003 de 14 de março de 1990 e Art. 30, da Lei n° 9.065, de 20 de junho de 1995.
3.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital subscrito e integralizado está representado por 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. O valor da conta Lucros Acumulados foi reclassificado para a conta Reserva de Lucros.
3.5 EVENTOS SUBSEQUENTES
A Esteio não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação em vigor.

DIRETORIA

CARLOS LUCIDORIO TRINDADE
Diretor Financeiro

SONIA GRAZIELA PEDRINI PALHÃO
Contadora - CRC 054120/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A**., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 02 de abril de 2024

Leila Maria Mariotto dos Santos
CRC PR-029978/O-6
Auditora

PF tem aval para aprofundar investigação sobre vacina de Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou na terça-feira (23) o aprofundamento das investigações envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro no caso da fraude em certificados de vacinação contra a covid-19.

Conforme a decisão, a Polícia Federal (PF) deverá esclarecer se Bolsonaro apresentou um cartão da vacinação ao entrar nos Estados Unidos, realizar novas perícias e produzir laudos dos celulares apreendidos com o ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

Mais cedo, o pedido de aprofundamento foi feito ao Supremo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

No mês passado, Bolsonaro, Cid e mais 15 acusados foram indiciados pela PF. Após o indiciamento, o inquérito foi enviado para a PGR decidir se uma denúncia será oferecida contra o ex-presidente e os demais investigados.

O procurador entendeu que algumas diligências são necessárias para aprofundar a investigação, como juntada de laudos periciais em celulares e computadores apreendidos e informações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

'É relevante saber se algum certificado de vacinação foi apresentado por Jair Bolsonaro e pelos demais integrantes da comitiva presidencial, quando da entrada e permanência no território norte-americano. Ao menos seria de interesse apurar se havia, à época, norma no local de entrada da comitiva nos EUA impositiva para o ingresso no país da apresentação do certificado de vacina de todo estrangeiro, mesmo que detentor de passaporte e visto diplomático", escreveu Gonet.

De acordo com as investigações, a fraude para inclusão de informações falsas no sistema do Ministério da Saúde tinha como objetivo facilitar a permanência de Bolsonaro nos Estados Unidos, país que adotou medidas sanitárias contra estrangeiros que não se vacinaram contra a covid-19.

No dia 30 de dezembro de 2022, um dia do término do mandato, Bolsonaro viajou para os Estados Unidos. Dias depois, em 8 de janeiro de 2023, as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas. (Agência Brasil)

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1106761-32.2023.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a).Débora de Oliveira Ribeiro,na forma da Lei etc.,FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Luiz Fernando Gennari Assaf,CPF 271739***50, RG 25.***.088, e Thais Rego Barros Assaf, CPF 166683***07, RG 13.***.406, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 15 de abril de 2024. **|23,24|**

CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A.

CNPJ n. 03.999.246/0001-07 | Rua Iubatinga, 258 – Vila Andrade – SP

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por solicitação da Sra. Presidente e de acordo com o estatuto social da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A., ficam convocados os Srs. Diretores, a comparecerem em reunião que se realizará no dia 02 de maio de 2024, às 9h30 min em primeira convocação, nas dependências da CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A. a fim de discutirem e deliberarem sobre o seguinte: **ORDEM DO DIA** 1. Eleição da Diretoria. 2. Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia. A reunião instalar-se-á em primeira chamada, às 9h30 min com o quórum previsto no estatuto social, ou em segunda chamada às 10h00, com qualquer número de diretores presentes. São Paulo, 19 de abril de 2024. Ana Paula Chagas Arruda - Diretora Presidente. CASA DE REPOUSO PRÓ-VITA S.A

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **VENEZIA INCORPORADORA LTDA**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **HALLICE MOREIRA TEIXEIRA,** brasileira, solteira, maior, advogada, RG nº 1.942.635-6-SSP/AM, CPF nº 884.049.272-00, domiciliada na cidade de Manaus/AM, residente na Avenida Joaquim Nabuco nº 1147, Centro, **fica intimada a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 20/06/2023 a 20/03/2024, no valor de R$61.344,13 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$61.466,33 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), que atualizado até 23/06/2024, perfaz o valor de R$80.715,63 (oitenta mil, setecentos e quinze reais e sessenta e três centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela VENEZIA INCORPORADORA LTDA, para aquisição do imóvel localizado na Alameda Jauaperi nº 299, Residência nº 1304, localizada no 13º pavimento do Condomínio Id Home & Lifestyle Jauaperi, Torre 02, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 2 na matrícula nº 240.161. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, VENEZIA INCORPORADORA LTDA, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1049302-43.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). LEONARDO FERNANDO DE SOUZA ALMEIDA, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **RAFAEL BAERE DA CUNHA**, Brasileiro, Solteiro, RG 30.827,487-8, CPF 054.915.747-67, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VISCONDE DE MACAÉ**, encontrando-se o Executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o prazo supra, sob pena de penhora, pague o valor de R$ 30.148,30 (24/01/2023), referente a cotas condominiais não adimplidas. Poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, contado após o prazo supra deste edital. No caso de embargos, a devedora se sujeita ao pagamento de multa de até 20% sobre o valor em execução. O reconhecimento do crédito exequente e o depósito de 30% do valor em execução, no prazo para oferta de embargos, permitirá a executada requerer que seja admitido o pagamento do saldo remanescente em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27/novembro/2023.

CPM PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ: 60.212.719/0001-18 - NIRE: 35.211.402.884

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 22.04.2024, 11hs, na sede, Avenida Sumaré, nº 1421, Sala 04, Perdizes, São Paulo/SP. **Presenças:** totalidade do capital social. **Mesa:** Marcos Zanin Mauro - presidente e Marcio Zanin Mauro - secretário. **Deliberações aprovadas: 1)** Em consonância com o Art.1082, inciso II, do Código Civil, da Redução de Capital Social, de R$ 36.280.294,00 para R$ 31.280.294,00, totalizando uma redução de R$ 5.000.000,00. O valor será devolvido aos sócios conforme disponibilidade financeira da Sociedade, cabendo a cada sócio o seguinte valor: Holding Paulo Mauro Ltda, - R$ 3.750.000,00, Fabio Di Mauro - R$ 625.000,00, Aldo Di Mauro Junior - R$ 625.000,00. Alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social: Clausula 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 31.280.294,00 dividido em 31.280.294 quotas com o valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuído entre os sócios da seguinte forma: Sócios-Quotistas: Holding Paulo Mauro Ltda, Nº de Quotas: 23.460.219, Valor Integralizador R$: 23.460.219,00, Participação %: 75%; Fabio Di Mauro, Nº de Quotas: 3.910.038, Valor Integralizador R$: 3.910.038,00, Participação %: 12,5% e Aldo Di Mauro Junior, Nº de Quotas: 3.910.037, Valor Integralizador R$: 3.910.037,00, Participação %: 12,5%. Total de Nº de Quotas: 31.280.294, Total do Valor Integralizador R$: 31.280.294,00 e Total da Participação %: *100%*. **Encerramento:** Nada mais. Marcos Zanin Mauro - **Presidente da Reunião,** Marcio Zanin Mauro- **Secretário da Reunião. HOLDING PAULO MAURO LTDA.** Por seus Administradores Marcel Zanin Mauro, Marcio Zanin Mauro, e Marcos Zanin Mauro, **FABIO DI MAURO** e **ALDO DI MAURO JUNIOR.**

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. **PROCESSO Nº 1006243-07.2022.8.26.0281**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itatiba, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA HELOISA DA SILVA SALLES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **MEDCOMEX COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA EPP**, CNPJ 13.XXX.XXX/0001-XX que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de **Banco Santander Brasil S/A**, alegando em síntese: que a requerida, em razão de "PROPOSTADE ABERTURA DE CONTA, CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO E ADESÃO A PRODUTOS ESERVIÇOS BANCÁRIOS-PESSOA JURIDICA- BUSINESS", é devodora na data de25/12/2022, de R$ 136.251,41, devendo ser corrigido monetariamente e com juros de mora de 1%até a data do efetivo pagamento. DOS PEDIDOS: DIANTE DO EXPOSTO requer a expedição demandado monitório em relação aos requeridos, para pagamento da quantia de R$ 136.251,41, corrigido e com juros legais (1% a.m.) a partir de 25/12/2022 e até a efetiva liquidação, acrescidas de honorários advocatícios a arbitrar (art.84, §2° CPC) reembolso de custas e despesas processuais, no prazo de quinze dias, constando a advertência de que, não sendo embargada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 334 do CPC)com a consequente constituição do título executivo (art. 701, §2° do CPC). Requer, igualmente, sejam os requeridos, na mesma oportunidade, cientificados de que, se pagarem o débito no prazo legal, ficam isentos das custas processuais (art. 701, §1° do CPC). Dá se à causa o valor de R$136.251,41. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia reclamada, sendo que neste caso os honorários advocatícios serão de 5% do valor atribuído à causa, bem como ficará isenta do pagamento de custas processuais, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, nos termo do artigo 701 do CPC. Prazo para embargos: 15 dias. Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de **Itatiba, aos 30 de agosto de 2023.**

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

CNPJ nº 07.207.996/0001-50 – NIRE 35.300.113.420

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 7.3.2024

Aos 7 dias do mês de março de 2024, às 16h20, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Antonio José da Barbara** ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 2.2.2024, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....
....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, João Carlos Gomes da Silva, Oswaldo Tadeu Fernandes, Clayton Neves Xavier e Vinicius Urias Favarão. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco Financiamentos S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 143.416/24-8, em 11.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Bradesco BERJ S.A.

CNPJ nº 33.147.315/0001-15 – NIRE 35.300.579.542

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 20.2.2024

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2024, às 16h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Cassino Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Antonio José da Barbara** ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 2.2.2024, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;

....
....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, João Carlos Gomes da Silva, Oswaldo Tadeu Fernandes e Clayton Neves Xavier. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco BERJ S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 151.936/24-9, em 12.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº **0004828-29.2020.8.26.0005** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 3ªVara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALEXSANDRO FERREIRA LIMA, Brasileiro, CPF 148.202.048-31, com endereço à Rua Doutor Nelson Madureira, 708, Vila Nhocune, CEP 03560-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Mensan Metalúrgica Ltda. e outro, em conformidade com os artigos 133 e seguintes do Código de Processo Civil, em desfavor da empresa executada. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta,quanto ao requerimento de inclusão no polo passivo do feito, nos termos do artigo 135 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de fevereiro de 2024.**|23,24|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1092456-74.2022.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Augusto Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SALESOLUTION TRADE MARKETING SERVICOS LTDA, CNPJ nº12.611.618/0001-77 que nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por parte de Fator X Cosmeticos Eirelli, CNPJ 21.089.113/0001-85 em face de Wilson Celitti Junior, CPF 153.309.998-71; José Flavio de Campos Vergal Júnior, CPF277.265.528-83; Quest Indústria de Perfumes e Cosméticos Ltda. – Epp, CNPJ22.948.702/0001-34, com fundamento em Instrumento de Confissão de Dívida, foi realizada a PENHORA de quotas sociais das quais o executado WILSON CELITTIJUNIOR é titular na empresa "Salesolution Trade Marketing Serviços Ltda". Encontrando-se a terceira interessada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, a fim de que, no prazo de 03 meses, nos termos do artigo 861 da lei13.105/15, promova os atos necessários à aquisição ou liquidação das quotas, depositando em conta judicial o valor correspondente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

BRANCO PERES AGRO S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO, que realizar-se-á no dia 27/05/24, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relatório dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exercício encerrado em 31/12/23; **b)** Destinação do Result. do Exercício; **c)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/23. SP, 23/04/24. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** - Conselho de Administração.

ERRATA

Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda.

CNPJ - 15.517.191/0006-82

Luiz Rafael Lemuchi de Lima - Leiloeiro Oficial Matrícula:20/315L - Jucepar www.donhaleiloes.com

Conforme publicação no dia **06/02/2024 Leilão N.º: 8063- Lote N.° 102** no **Jornal O Dia SP**, faltou incluir o veículo:

Marca: VOLKSWAGEN Modelo: FOX Descrição: FOX 1.0 1.0 TOTAL FLEX

Placa: MHX0G41 Ano de Fabricação: 2010 Ano Modelo: 2011

Chassi: 9BWAA05Z5B4130902

Sinistro: 011093154132167

BRANCO PERES AGRO S/A. - CNPJ (MF) 43.619.832/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que dispõe o estatuto social e de conformidade com a exigência legal, a diretoria submete à apreciação de V.Sa., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Diretoria São Paulo, (SP) Abril de 2024

Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demais Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	2023 BP Agro	2023 Consolidado	2022 BP Agro
Circulante			
Disponível	13.960	13.964	56.960
Aplicação Financeira	28.360	28.360	27.041
Clientes	35.332	35.332	7.346
IF Derivativos	16.432	16.432	8.188
Estoques	120.664	123.938	75.883
Ativo Biológico	60.539	66.884	82.447
Adiantamento a Fornecedores	8.258	8.258	13.300
Outros Créditos	28.346	28.346	34.061
Despesas Antecipadas	365	365	321
Total	**312.257**	**321.879**	**305.548**
Ativo Não-Circulante			
Depósitos Judiciais	45	45	43
Mútuo - Sócio	-	-	-
Outros	6.518	1.968	1.521
Direito de Uso Parcerias	382.848	382.848	352.568
Investimentos	3.552	230	230
Imobilizado	282.667	282.667	242.603
Diferido	40	40	44
Intangível	348	348	342
Total	**676.019**	**668.147**	**597.350**
Total Geral do Ativo	**988.276**	**990.026**	**902.898**

Passivo	2023 BP Agro	2023 Consolidado	2022 BP Agro
Circulante			
Fornecedores	42.682	44.432	46.104
Financiamentos/Empréstimos	45.391	45.391	64.104
Impostos/Tributos a Recolher	5.518	5.518	2.413
Salários/Férias a Pagar	6.793	6.793	5.444
Recebimentos Antecipados	5.309	5.309	4.917
Venda para Entrega Futura	1.912	1.912	170
Juros s/ Capital Próprio a pagar	11.245	11.245	5.452
Dividendos a pagar	1.029	1.029	2.299
Parcerias a pagar	28.084	28.084	87.659
Total	**147.963**	**149.714**	**218.560**
Passivo Não-Circulante			
Fornecedores	65.453	65.453	61.204
Financiamentos/Empréstimos	53.830	53.830	56.054
Empréstimos Sócios/Coligadas	22.043	22.043	20.660
Imposto/Tributo Diferido	9.954	9.954	14.141
Provisões p/ contingência	434	434	600
Parcerias a pagar	365.048	365.048	263.661
Total	**516.761**	**516.761**	**416.321**
Patrimônio Liquido			
Capital Realizado	74.805	74.805	74.805
Reservas e Incentivos Fiscais	79.367	79.367	71.962
Reserva Legal	13.004	13.004	9.676
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-
Resultado do Exercício a Destinar	156.375	156.375	111.575
Total	**323.551**	**323.551**	**268.018**
Total Geral do Passivo	**988.276**	**990.026**	**902.898**

Demonstração de Resultados

Resultado	2023 BP Agro	2023 Consolidado	2022 BP Agro
Receita Bruta	434.732	434.732	363.958
(-) Deduções de Vendas e Serviços	(37.000)	(37.000)	(29.726)
Receita Líquida	397.731	397.731	334.232
(-) Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(340.536)	(340.536)	(305.187)
Lucro Bruto	57.196	57.196	29.045
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas com Vendas	(619)	(631)	(486)
Administrativas e Gerais	(15.061)	(15.061)	(12.073)
Despesas Tributárias	(1.976)	(1.976)	(2.549)
Outras Receitas Operacionais	48.833	48.811	50.463
Outras Despesas Operacionais	(3.405)	(3.405)	(8.638)
Resultado antes das Operações Financeiras	84.968	84.933	55.762
Receitas Financeiras	57.532	57.577	66.684
Despesas Financeiras	(64.516)	(64.516)	(60.160)
Lucro antes do Imposto Renda e Contribuição Social	77.983	77.994	62.285
Contribuição Social	(5.949)	(5.953)	(4.285)
Imposto de Renda	(16.501)	(16.508)	(11.881)
Lucro Líquido do Exercício	**55.533**	**55.533**	**46.120**

Demonstração Lucros/Prejuízos Acumulados

Exercícios	2023	2022
Saldo no Início do Período	-	-
Resultado do Exercício	66.562	47.990
Transferência para Reserva Legal	(3.329)	(2.416)
Transferência para Reserva Fiscal	(7.405)	-
Dividendos Distribuídos	-	(1.029)
Juros Sobre Capital Próprio	(11.029)	(1.870)
Lucros Amortizados	-	-
Reserva Lucros a Destinar	(44.799)	(42.675)
Saldo no Final do Período	-	-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Lucros a Destinar	Capital Realizado Atual: Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2021	**74.805**	**79.897**	**7.260**	**60.966**	**-**	**222.927**
Resultado do Período	-	47.990	-	-	-	47.990
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	(2.416)	2.416	-	-	-
Resultado Benefício Fiscal	-	(10.996)	-	10.996	-	-
Dividendos Distribuídos	-	(1.029)	-	-	-	(1.029)
Amortização de Prejuízo	-	-	-	-	-	-
Juros de Capital Próprio	-	(1.870)	-	-	-	(1.870)
Saldo em 31/12/2022	**74.805**	**111.575**	**9.676**	**71.962**	**-**	**268.018**
Resultado do Período	-	66.562	-	-	-	66.562
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	-	-	-
Resultado Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	(3.329)	3.329	-	-	-
Resultado Benefício Fiscal	-	(7.405)	-	7.405	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-
Amortização de Prejuízo	-	-	-	-	-	-
Juros de Capital Próprio	-	(11.029)	-	-	-	(11.029)
Saldo em 31/12/2023	**74.805**	**156.375**	**13.005**	**79.367**	**-**	**323.551**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxos de caixa originados de:	2023	2022
Atividades Operacionais		
Valores Recebidos de Clientes	416.466	376.705
Valores pagos a empregados administrativos	(5.579)	(5.389)
Valores pagos de despesas administrativas	(21.326)	(11.528)
Valores pagos de impostos e taxas	(25.938)	(49.919)
Valores pagos a serviços prestados terceiros a administração	(1.970)	(2.008)
Valores pagos a fornecedores	(124.915)	(110.490)
Valores pagos a empregados indústria e agrícola	(50.732)	(45.830)
Valores pagos de despesas industriais	(1.111)	(1.259)
Valores pagos a serviços prestados por terceiros	(33.841)	(30.819)
Valores pagos de manutenção industrial durante a safra	(5.896)	(4.315)
Valores pagos de manutenção industrial durante a entre-safra	(7.822)	(5.188)
Valores pagos de despesas agrícolas	(25.934)	(17.896)
Valores pagos de aquisição de insumos agrícolas	(57.071)	(50.840)
Valores pagos de despesas de comercialização	(22.252)	(21.059)
Valores pagos a acionistas	(4.852)	(423)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**27.228**	**19.740**
Atividades de investimentos		
Valores pagos referente a compra de imobilizado	(47.213)	(25.414)
Valores recebidos referente vendas de ativos permanentes	5.005	582
Valores recebidos de sinistros	-	-
Créditos Mútuo	-	-
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.745	2.535
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(40.462)**	**(22.296)**
Atividades de financiamentos		
Juros recebidos		
Pagamentos de empréstimos	(73.962)	(90.200)
Recebimentos de empréstimos	46.821	102.230
Pagamentos de despesas financeiras	(1.305)	(2.718)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos	**(28.446)**	**9.312**
Aumento/redução nas disponibilidades	**(41.681)**	**6.756**
Disponibilidades no início do período	**84.001**	**77.245**
Disponibilidades no final do período	**42.320**	**84.001**

Notas Explicativas ás Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A sociedade tem por objetivo a industrialização da cana-de-açúcar, para a produção de álcool, açúcar e geração de energia elétrica. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é produzida em áreas de parcerias com os acionistas e terceiros e também adquirida em condições normais de mercado de fornecedores. Em 2023 foi aberta uma operadora de grãos, denominada Branco Peres Grãos Ltda, da qual é detentora de 100%.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis e manadas da legislação Societária, em conformidade com o disposto nas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas reguladoras posteriores.

3. Descrição das práticas contábeis: a) Aplicações Financeiras: Registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. b) Direitos e Obrigações: Atualizados aos índices de variação monetária e juros, nos termos dos contratos vigentes de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço. c) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição de produção que não exceda ao valor de mercado. Os custos de entre-safra serão apropriados aos custos de produção no decorrer da próxima safra. d) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e valor residual, de acordo com a Lei 11.638/07. e) Contingências: Despesas decorrentes de processos fiscais, trabalhistas ou de responsabilidade civil são provisionados quando conhecidos, não sendo esperados impactos relevantes de ações em andamento. f) Imposto de Renda e Contribuição Social: f.a) Imposto de Renda - calculado a alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%; f.b) Contribuição Social - calculada a alíquota de 9%; f.c) Imposto Diferido provisionado sobre os valores de contingências e demais provisões de ganhos e perdas registrados. g) Estão provisionadas os possíveis ganhos/perdas com operações de NDF com base nos indicadores em 31/12/2023. h) Os Ativos Biológicos são registrados, amortizados durante o exercício e remensurados em 31/12/2023 sempre embasados a índices de mercado. i) A partir de janeiro/2019 a empresa passaou a reconhecer no balanço os contratos de parceria de cana de açúcar conforme NBC 06 (R2). j) O lucro do exercício foi provisionado como Lucros Acumulados a Destinar para apreciação na assembleia geral. k) Em 2022, os gastos com manutenção de entressafra foram lançados no grupo de Ativo Permanente, já em 2023 passaram a compor estoque em processo conforme orientação IBRACON 04/2023. l) Em 2023 foram apurados e contabilizados créditos de IRPJ/CSLL em função de subvenção fiscal de ICMS, conforme LC 160/2017. m) Balanço auditado conforme parecer nº 244JD-014-PB, pela empresa Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

5. Estoques:

Itens	2023	2022
Produtos Acabados	83.470	51.022
Almoxarifado	26.204	24.861
Produtos em Elaboração	10.991	-
Total	**120.664**	**75.883**

6. Imobilizado

Itens	Tempo Vida Útil (ano)	2023	2022
Edificações	25	16.331	13.477
Móveis e Utensílios	10	4.496	4.315
Maquinismos e Acessórios	10	226.968	196.990
Veículos	5	16.638	13.385
Culturas Pemanentes	4	328.507	268.874
(-) Depreciação Acumulada		(310.511)	(260.236)
Terrenos		237	237
Manutenção Entressafra		-	5.560
Total		**282.667**	**242.603**

7. Financiamentos

Moeda Nacional	2023	2022
Empréstimo com Sócios/Coligadas	22.043	20.660
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Contrato Câmbio - ACC	22.239	45.209
Finame	68.733	66.700
Custeio Agrícola	8.249	8.249
Provisão Perdas Derivativos	-	-
Total	**121.265**	**140.818**
Parcelas Classificadas no Circulante	45.391	64.104
Parcelas Classificadas no Não Circulante	75.873	76.715

Finame: Juros de 3,00% a 11,09% a.a.. Custeio Agrícola: Juros de 8,25% a 16,40% a.a.. PRORENOVA: Juros de 4,60% a 6,44% a.a.. ACC: Juros de 2,20% a 6,25% a.a.. Os financiamentos a longo prazo vencem entre 2025 a 2033. Garantias: Alienação fiduciária de bens, equipamentos industriais e aval dos acionistas.

8. Capital Social: O capital social é representado por 296.334.274.028 ações nominativas, sem valor nominal. Os acionistas tem direito a um dividendo mínimo de 6,00% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei nº 6.404/76.

João Paulo Branco Peres - Diretor **Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira** - Diretor **Italo Daniel Fratini** - Contador - CRC 1SP270130/O-0

Indígenas criticam suspensão de ações contra o Marco Temporal

Lideranças indígenas criticaram a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a instauração de um processo de conciliação no conjunto das ações judiciais que questionam a constitucionalidade do Marco Temporal, tese jurídica segundo a qual os indígenas só têm direito aos territórios que ocupavam em outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada.

Na prática, a decisão monocrática (ou seja, individual), da segunda-feira (22), suspende o andamento processual de todas as ações sobre o tema até que o STF profira a sentença definitiva acerca da legalidade do Marco Temporal.

"O ministro Gilmar Mendes tomou uma decisão arbitrária, indeferindo parcialmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI nº 7582] impetrada pela Apib [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil]", disse na terça-feira (23) Kleber Karipuna, um dos coordenadores-executivos da Apib, ao referir-se à ação que a entidade indígena ajuizou no STF em dezembro de 2023.

Na ação, a Apib, o PSOL e o Rede Sustentabilidade pedem que a Corte declare a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro do ano passado, uma semana após o Supremo considerar inconstitucional limitar o direito de comunidades indígenas ao usufruto exclusivo das terras tradicionalmente ocupadas por seus povos em função da data em que a Constituição Federal entrou em vigor.

Com base nessa primeira decisão da Corte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou parcialmente a lei. Em dezembro, contudo, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial.

Além da ADI 7582, ao menos outras três ações judiciais relativas aos efeitos da lei e do Marco Temporal tramitam no STF: a ADI 7583, apresentada pelo PT, PCdoB e PV, e a ADI 7586, do PDT, que pedem que a Corte reafirme que a tese jurídica não é compatível com a proteção constitucional aos direitos dos povos indígenas; já na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 87, Progressistas, Republicanos e Liberal pedem a validação da lei. O ministro Gilmar Mendes é relator dos processos.

Na decisão da segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes argumenta que, ao analisar preliminarmente a Lei 14.701, verificou que, aparentemente, diversos aspectos da lei "podem ser lidos em sentido contrário ao entendimento" inicial do Plenário do STF.

"Todavia, enquanto a Corte não conclui a apreciação meritória de tais ações, preocupa-me sobremaneira a possibilidade de que a persistência de sinais aparentemente contraditórios possa gerar situação de severa insegurança jurídica. Nessa linha, considero necessária a concessão de medida cautelar para determinar a imediata suspensão de todos os processos judiciais que discutam, no âmbito dos demais órgãos do Poder Judiciário, a constitucionalidade da Lei 14.701/2023, enquanto esta Suprema Corte promove a devida apreciação da conformidade da referida norma com a Constituição".

"Amanhecemos com uma decisão em que um ministro do Supremo confirma, autoriza, a continuidade da morte do povo indígena. Porque é isso. O Marco Temporal, a Lei 14.701, autoriza a continuidade do assassinato do nosso povo. Há reintegrações de terras ocupadas por indígenas já em vigor, ameaçando nossa gente", declarou o coordenador-executivo da Apib, Alberto Terena, durante coletiva de imprensa que parlamentares do campo progressista e lideranças indígenas concederam na Câmara dos Deputados, pouco antes do início da sessão solene em homenagem aos 20 anos do Acampamento Terra Livre, que acontece esta semana, em Brasília. (Agência Brasil)

Bolsa Família reduz pobreza na primeira infância, mostra estudo

O país tem 18,1 milhões de crianças de 0 a 6 anos de idade, segundo dados do Censo 2022. Cerca de 670 mil (6,7%) estão em situação de extrema pobreza (renda mensal familiar per capita de até R$ 218).

Esse número, no entanto, poderia ser muito pior (8,1 milhões ou 81%) sem o auxílio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essa é a conclusão de um estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV).

O *Perfil Síntese da Primeira Infância e Famílias no Cadastro Único* leva em consideração dados de outubro de 2023 do CadÚnico, sistema que reúne informações das famílias de baixa renda no país (renda mensal per capita de até R$ 660). Na primeira infância, de 0 a 6 anos, são 10 milhões de crianças (55,4%) classificadas nessa categoria.

"Esse estudo demonstra o potencial do Cadastro Único para a identificação de vulnerabilidades na primeira infância, a relevância de seu uso para a elaboração de iniciativas para esse público e a importância do Bolsa Família no combate à pobreza", diz Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.

O estudo traz outros recortes, como o fato de que 43% dos responsáveis por famílias com crianças de 0 a 6 anos não têm nenhuma fonte de renda fixa. Para 83% deles, a principal fonte de renda é o Bolsa Família.

Cerca de três a cada quatro famílias com crianças na primeira infância são chefiadas por mães solo. A maioria delas é parda e tem idade entre 25 e 34 anos.

Em relação ao perfil das crianças, 133,7 mil (11,1%) são indígenas; 81,3 mil (6,7%) são quilombolas, e 2,8 mil (0,2%) estão em situação de rua.

"Ao lado de outras políticas públicas, o Bolsa Família tem um enorme potencial de equacionar as desigualdades do país. A criação do Benefício Primeira Infância é o primeiro passo para chamar a atenção de gestores, gestoras e população em geral para a importância dessa fase na vida", diz Eliane Aquino, secretária Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

Ao considerar as regiões do país, o levantamento aponta a existência de desigualdades. Segundo o Censo, o Nordeste tem 5,1 milhões de crianças na primeira infância: 3,7 milhões (72%) estão registradas do CadÚnico. No Norte, há 1,9 milhão de crianças na primeira infância: 1,4 milhão (73%) registradas no CadÚnico.

Por outro lado, na Região Sudeste, quase metade do total de crianças entre 0 e 6 anos, estão registradas no programa. São 6,8 milhões de crianças na região, das quais 3,1 milhões estão no CadÚnico.

"A disparidade socioeconômica entre crianças na primeira infância exige ações imediatas e uma política nacional integrada que aborde as necessidades específicas das famílias mais vulnerabilizadas. O Cadastro Único é um importante instrumento para nortear uma política que sirva como alavanca para equidade", diz Mariana Luz, diretora da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

O estudo faz um recorte municipal, a partir de uma classificação em três grupos. O primeiro inclui cidades onde há mais crianças migrantes, em situação de rua e em domicílio improvisado coletivo. O segundo, onde há maior precariedade habitacional, é primeira infância na área rural e de populações tradicionais e específicas. O terceiro, crianças em situação de trabalho infantil, fora da pré-escola e em precariedade habitacional.

Os dados mostram que 71% dos municípios da região Norte não têm saneamento adequado. No Sudeste, o índice é de 20%. No Nordeste, 9% dos municípios não têm energia elétrica.

Os dados fazem parte da série *Caderno de Estudos*, do MDS, que desde 2005 busca construir conhecimento científico e gestão de políticas públicas. Na nova edição, o caderno apresenta uma série de publicações voltadas para a primeira infância, como pesquisas sobre o impacto do programa de Cisternas na saúde infantil e os desafios enfrentados por mães no mercado no trabalho após terem o primeiro filho. (Agência Brasil)

Modelo de gestão de hospitais federais ainda está em estudo, diz Nísia

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, descartou, na terça-feira (23), a ideia de distribuir a gestão dos seis hospitais federais do Rio de Janeiro entre o estado, o município e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Segundo a ministra, o modelo de administração dessas unidades ainda está sendo estudado, mas deverá envolver uma gestão compartilhada.

"Eu quero ser muito enfática em dizer que não existe *proposta de* distribuição dos hospitais. Isso foi uma notícia veiculada pela imprensa. Não partiu de nós *essa informação*", disse Nísia. "O governo federal não abrirá mão de coordenar um programa de reconstrução desses hospitais, e isso se dará dentro da visão do SUS [*Sistema Único de Saúde*]".

O Ministério da Saúde (MS) prevê a construção de um programa de reestruturação dos hospitais federais, que será elaborado com base nos trabalhos do comitê gestor criado em 18 de março para administrar tais unidades e que teve sua vigência prorrogada por mais 30 dias.

Um núcleo de apoio interinstitucional, que conta com a participação da EBSERH, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do grupo hospitalar Conceição (vinculado ao Ministério da Saúde), está sendo criado para ajudar na construção do programa.

Também está sendo preparada uma portaria que definirá os itens comuns para as compras centralizadas dos hospitais federais.

"Haverá a construção de um cronograma de um programa de reestruturação dos hospitais, pensando em soluções estruturantes, que possam ter a perspectiva de uma solução sustentável, integrada à rede do SUS [Sistema Único de Saúde]. Este é um problema crônico, que precisa ser enfrentado, e, na gestão de saúde, é preciso ter um diagnóstico correto das causas dos problemas, para a gente não tratar apenas dos sintomas", explicou o secretário nacional de Atenção Especializada à Saúde, Adriano Massuda.

De acordo com a ministra, o modelo ou modelos de gestão definitivos serão detalhados dentro desse programa de reestruturação, "após toda uma fase de análises, de diálogos que precisam ser feitos entre todos os entes mencionados [*estado, município e EBSERH*]. Não vamos precipitar essa questão em respeito à população do Rio de Janeiro e à dinâmica de trabalho que temos que ter", afirmou Nísia.

Sobre a possibilidade de a EBSERH assumir as unidades, como já faz com dezenas de hospitais universitários federais, a ministra da Saúde afirmou que não há a possibilidade de a empresa absorver esses hospitais.

"O presidente Lula colocou de uma forma muito clara que tem que resolver os problemas nos hospitais do Rio de Janeiro. Então vamos juntos trabalhar para isso. Este é o espírito que está animando o governo. Nós queremos ver os hospitais, de fato, como solução, para somar na questão da gestão do SUS no Rio de Janeiro", disse a ministra. (Agência Brasil)

Com adequações na RMC, Sanepar avança na entrada no mercado livre de energia elétrica

A Sanepar está avançando na entrada do mercado livre de energia elétrica em todo o Estado com a adequações dos sistemas de entrada de energia em unidades de operação de água e de esgoto.

Nesta semana, o serviço está sendo feito em unidades de Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Na semana passada, foi feita a adequação elétrica na maior estação de tratamento de esgoto do estado, a ETE Belém.

A migração para o mercado livre visa a economia de energia e a redução de custos, uma vez que a energia elétrica é um dos insumos mais caros dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto da Sanepar. O atendimento será da Copel e da Tradener, que venceram as licitações.

Até o fim deste ano, deve ser concluída a migração de 450 unidades consumidoras de energia, como reservatórios, laboratórios, estações elevatórias e de tratamento de água e de esgoto. Juntas, respondem por 74% do consumo total de energia usada pela empresa. Ainda em 2024, a economia com este insumo está estimada em R$ 50 milhões.

E, até 2028, o prognóstico é de que a compra de energia no mercado livre gere redução na conta de energia em torno de R$ 600 milhões. No total, 887 unidades passarão pelo processo.

Essa migração das unidades operacionais para o mercado livre de energia elétrica é possível devido à mudança da regulação que permite a aquisição de energia mais barata no chamado Ambiente de Contratação Livre (ACL). (AENPR)